

Rev. 257

PORTUGAL COLONIAL

10376
10276



Ano 1.º

N.º 3

*
**Maio
1931**

BOTELHO

XXXI

REVISTA MENSAL DE PROPAGANDA E
EXPANSÃO DO IMPÉRIO PORTUGUÊS

Salvador Alves Barata, L.^{da}

86, RUA DA BOA VISTA, 86
LISBOA

ESTABELECIMENTO DE FERRAGENS

Tornos de bancada, foles para forjas,
cavaletes, limas, bigornas para
funileiros, martelos, tubos
de chumbo, ditos em
chapa, em barra,
zinco em chapa, arame de chumbo,
latão, cobre, ferro
zincado, estanho em
barrinha, placas de zinco
para caldeiras, serras circulares
sem fim, etc., etc.

PREÇOS RESUMIDOS

Telefone 2 2109

Nunes, Silva & C.^a L.^{da}

Rua das Flores, 26 — LISBOA

Tintas para fundos de navios
«*WERBSTERS*»

Preparado anti-corrosivo
«*BLACK BITUMINOIS SOLUTION*»,
para ferro, madeira, etc.

Tintas de esmalte «VELUVINE»

Parafusos de ferro e latão
Roscas para madeira e ferro
Parafusos forjados

ALVIADES, VERNIZES,
CABOS
DE AÇO E MANILHA

CONFRONTEM OS PREÇOS DESTA CASA

PORTUGAL COLONIAL

Papelaria Fernandes

RUA DO RATO, 23 A 35
NOVAS INSTALAÇÕES:
RUA DO OURO, 145 A 149

TELE | FONES (P. B. X.) N. 691 E 4899
| GRAMAS—PAPELARIA

LISBOA

PAPELARIA, LIVRARIA, TIPO-
GRAFIA E ENCADERNAÇÃO

Sortido muito completo de papéis de
tôdas as qualidades, tanto nacionais
como estrangeiros; artigos de escritório;
tintas e outros artigos para desenho,
pintura e arte aplicada. Canetas de tinta
permanente *Conklins*. Depositários,
para o *Sul do País*, do conhecido papel
heliográfico de revelação a sêco,
marca «OZALID»

PREÇOS DE RECLAME

Felix Ribeiro Lopes

LISBOA

ESCRITÓRIO

RUA DA BETESGA, 41, 1.º

FÁBRICA E ARMAZEM

RUA DA BETESGA, 41, 1.º

ESTABELECIMENTO

RUA ESCOLA DO EXÉRCITO, 15
(instalada em edifício próprio)

**17 Sucursais em
tôda a cidade**

*Fábrica própria de todos os produtos de
salchicharia. Fornecedor
das principais emprêzas
do país. Exportação para as Colónias*

Companhia Central Vinicola de Portugal

Grande exportadora

LISBOA

Praça do Município, 32, 2.º
Armazens: Poço do Bispo

Vinhos licorosos e aguardentes simples e preparadas, tipos cognacs. Vinhos espumantes. Grandes vinhos de mesa brancos e tintos dos principais lavradores do país. Alcool ví-nico. Aguar-dentes bagaceiras e de vinhos.
Licores

ENDERÊÇO TELEGRÁFICO: CIRICA LISBOA

TELEFONES

POÇO DO BISPO 32
EM LISBOA 2 4573



Emulsão aquosa de Asfalto puro

PARA TODOS OS TRABALHOS DE IMPERMEABILISAÇÃO

Revestimento de superficies metalicas
Construcções de Pavimentos Elásticos
Protecção de ferro ondulado
Pinturas protectoras navaes
e de canalisações, etc.

Systema De Vilbiss
de Pintura por Aspersão

INSTALAÇÕES DE PINTURA A PISTOLA PARA

Automoveis
Construcções
Navios
Peles de couro
Para qualquer fim

Pedir folhetos descriptivos aos

Distribuidores:

DETHENCOURT BROS., LTD

Telefone 2 7332

Telegr.: SURVEY

Praça do Município, 13

LISBOA

AGENCIA DO NORTE: SORIA, L.^{DA}

Telefone 2528

Rua Ferreira Borges, 9

PORTO

Isidoro M. d'Oliveira & C.^a (Irmãos)

Importadores e Exportadores

FÁBRICA DE CHOURIÇOS, BANHAS E AZEITES

CONSERVAS DE ERVILHAS EM LATAS

AZEITONAS E MASSAS DE TOMATE

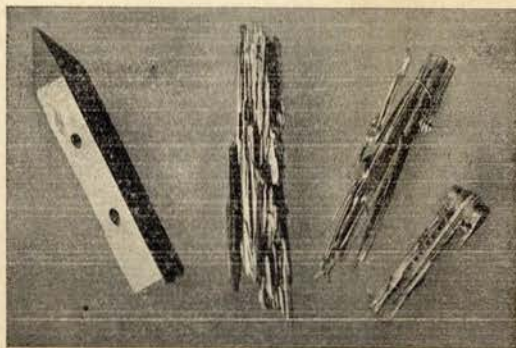
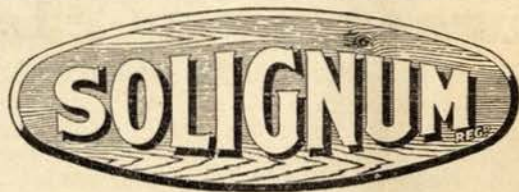
E ARMAZENS DE CEREAIS EM MONTIJO

Escritórios

RUA DA BELA VISTA—MONTIJO

RUA DO OURO, 140, 1.º—LISBOA

END. TEL.: IZIMAVEIRA—MONTIJO
—LISBOA—TEL. 2 7064



O MELHOR PRESERVATIVO DA MADEIRA

EVITA OS ESTRAGOS POR TÔDA A ESPECIE
DE INSECTOS E OS EFEITOS DO TEMPO

ÚNICOS IMPORTADORES

ROBINSON, BORDSLEY & C.^A L.^{DA}

CAIS DO SODRÈ, 8, 1.º—LISBOA

PORTUGAL GOLONIAL



DIRECTOR
HENRIQUE GALVÃO
REDACTOR-PRINCIPAL
J. DA FONSECA FERREIRA
EDITOR
ANTÓNIO PEDRO MURALHA

SEDE
RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º
Endereço Telegráfico
«MINERVA»
TEL. 2 4253
Propriedade da Empresa
PORTUGAL COLONIAL

PREÇO AVULSO
Metrópole..... 3500
Colónias..... 4500
(ASSINATURAS)
Metrópole (6 meses)... 18500
Colónias (6 meses)... 24500

COMPOSTO E IMPRESSO
OTTOSGRAFICA LIMITADA
Conde Barão, 50 — LISBOA
Visado pela Comissão de Censura

Crónica do mês

PLANOS E IDEAS

NA nossa administração colonial passa-se a vida a formar e reformar planos, a pôr de parte e a elaborar programas, a demolir e a aventar ideias — numa palavra, passa-se a vida a recomençar.

Geralmente recomeça-se em nome e com o pretexto dum plano ou duma orientação que falhou.

A culpa afinal não é dos planos. Tem sido tantos e tão variados — que até bons os tem havido.

O mal consiste em haver muitos homens com planos próprios e ideias pessoais e não aparecerem com mais frequência e estabilidade aqueles que, modestamente, se contentam em seguir os planos, as ideias e os objectivos do país.

Os homens — os funcionários — são, nos diferentes graus da sua hierarquia, intérpretes dum pensamento nacional, executores dum plano nacional. Esta ideia estabelece a forma superior duma administração — a única que é eficaz, a única que é verdadeira.

Quando os homens, no delírio da personalidade vulgar entre nós, impelidos e assoprados pelos adjetivos baratos e fáceis que para aí se prodigalisam a qualquer, administram segundo os seus planos, as suas ideias, os seus objectivos, não há remédio senão esperar que todas estas flôres de retórica sejam tão efémeras como os próprios homens e que com cada homem haja que recomençar. Este sistema estabelece a forma inferior da administração — a falsa, a que pouco ou nada pode produzir.

A frequência quási sistemática com que em Portu-

gal se tem usado e abusado dos homens que têm planos e cuja primeira acção consiste em arranjar espaço para os desenvolver demolindo aqueles que o antecessor tinha iniciado, obriga-nos a recomençar constantemente.

Temos pois que administrar as nossas Colónias com homens moral e intelectualmente organizados para servir os objectivos nacionais e os planos que lá conduzem — isto é, executores — como sucede na Inglaterra, sobretudo, e não com as ideias, mais ou menos deslumbrantes, mas pessoais, de improvisadores, embora talentosos e brilhantes.

Não compreendemos um «Império» sem objectivos nacionais perfeitamente definidos. Compreendemos ainda menos que num Império que sabe para onde vai e quais são os seus destinos qualquer homem, embora com o pretexto de servi-los, se substitua às ideias que mais fundamentalmente os definem.

Pelo delírio da personalidade há que substituir a consciência na superior missão de servir.

Ora, entre nós, parecem ter falhado todas as ideias e todos os planos — mesmo aqueles cujo cunho nacional e nacionalizador é claro e nítido.

No fundo são apenas os homens que têm falhado. No fundo existe apenas uma confusão muito lamentável entre «servir» e «servir-se».

Na nossa administração colonial temos magníficos funcionários subalternos. A maioria, em geral, apenas fraqueja ou esmorece quando lhe faltam chefes.

Os funcionários superiores em geral são maus —

AQUELE fêrvido afan com que, tão amiude, o brilhante espírito de Oliveira Martins se comproveu na cinzeladura de conceitos verbais aparentemente paradoxais, impeliu-o, um dia à afirmação de que «o Brasil passou a ser a nossa melhor colônia desde que deixou de ser colônia nossa». Ora esta fórmula, que se

torna perigosa base de inaceitáveis irredentismos coloniais quando interpretada no sentido de uma absurda generalização, encerrava todavia, na hipótese a que dizia respeito, um tanto de incontestável verdade. Perdido, para a soberania portuguesa, o domínio político em terras de Santa-Cruz, nem, por tal, o Brasil, no campo social como na esfera económica, deixou de ser o grande teatro do esforço colonizador da raça portuguesa, tão pouco, por tal, êle deixou de ser, durante muitos anos, o melhor mercado para as nossas exportações.

Mas, se as cousas assim se passaram, a uma causa essencial, se não única, o podemos atribuir: a de que o Brasil, quando de nós se separou, era já então quasi tão português como o próprio Portugal.

A sua structura étnica era nitidamente lusitana, embora com leves diferenciações motivadas nas cruzas raciais e no imperativismo mesológico. E tão sólidos foram os caboucos em que o espírito português, de intensiva nacionalização, alicerçou o edificio social naquele grande país, que as grandes correntes migratórias que, mais modernamente, para ali teem convergido, de italianos, galegos, slavos e tudescos, bem fácil e celeremente teem podido ser absorvidas mediante uma integração total, ou quasi total, na étnica do povo brasileiro.

A política nacionalista com que soubemos outrora orientar a colonização do Brasil, bem urgente e necessário é que agora cinjamos as nossas actividades coloniais. É absolutamente indispensável apertuguesar rápida, insistente e completamente as nossas colônias. Tôdas as nossas colônias! Tanto aquelas cujo condicionalismo geográfico e telúrico permita uma colonização de povoamento que definitivamente as converta em simples fracções ultramarinas dum Portugal Maior, estável, homogéneo e politicamente uno, como, ainda e também, aquelas das nossas colônias em que o povoamento europeu se antolhe como inviável e que só tenham valor como

Nacionalização das Colônias

por

Lopo Vaz de Sampayo e Mello

Professor catedrático de Política Indígena na Escola Superior Colonial

sua religião, por seu direito, por seu espírito e por suas tendências, não sejam muito portuguesas, de têmpera, de fé e de lei.

O cunho nacionalista na obra de colonização tem de ser casado tanto mais profundamente quanto maior fôr a extensão dos territórios ultramarinos em relação à área metropolitana, e o potencial do esforço nacionalizante tem de estar, necessariamente, na razão inversa do poderio militar da mãe-pátria, devendo ser tanto mais intenso quanto mais precárias forem as possibilidades existentes em opôr eficaz resistência armada quer a intempestivos apetites de nações poderosas, quer a deletérias e anti-patrióticas convulsões internas que a insónia dos avançados motive no campo económico, ou que a perfídia e a ambição de políticos sem escrúpulos, tripudiando nas colônias, possam desencadear nos campos da ordem pública, da paz social, e da lealdade à metrópole.

Se o benefício duma política colonial de nacionalização sistemática é obvio para o interesse de todos os países coloniais, então, para os interesses portugueses daquem e dalêm mar, é evidente que ainda muito mais necessária se torna essa orientação.

É certo que precisamos de navios, de soldados e de canhões para a defeza militar das nossas colônias, mas a acção defensiva ainda mais urgentemente se deve manifestar no campo económico e no campo social através um contínuo e porfiado esforço de valorização material e de nacionalização integral.

Se a nossa obra de colonização tender tão somente à supervalorização económica e desprezados ficarem os factores político-sociais entre os quais primacialmente avulta o da nacionalização sistemática das nossas colônias, só, dessa arte, teremos logado tornar a prêsa mais apetecível para alheiar ambições imperialistas. Tanto mais apetecível quanto, em tal hipótese, a falta de coesão nacionalista mais fácil tornaria a espoliação.

Valorizar sem nacionalizar é fazer obra anti-pa-

nitidamente maus. Doentes de tal delirio de personalidade, deslumbrados a maior parte das vezes pelos aspectos exteriores e decorativos do cargo, amarrados por vaidade ou susceptibilidades doentias a tôdas as intrigas tropicais, alimentadores dessas próprias intrigas, consomem-se em esforços estêreis, numa esgrima inferior de palavras, pequenas vinganças e prepotências — sem mentalidade, nem vontade, nem entusiasmo, nem patriotismo, nem dedicação para sentirem e funcionarem segundo o ritmo e a orientação superiores da sua função.

Depois as ideas, os planos, os objectivos falham!

Mas a culpa não é dêles — quando realmente têm um cunho nacional.

Não há pois planos a reformar.

Há apenas que criar bons executores para aqueles que pertencem ao país — no fundo homens capazes dêsse patriotismo elementar sem palavras, nem gestos teatrais, que obriga a «servir» mesmo quando nesse serviço haja que esquecer a vaidade própria e outras pequenas misérias que, são é certo da própria essência humana, mas que o amor da pátria e da função, quando são sinceros, facilmente removem.

HENRIQUE GALVÃO.

triótica, é olhar apenas para o presente, é edificar na areia, é, numa palavra, trabalhar para os outros! E a obrigação de todos os portugueses é trabalhar, antes de tudo o mais, para servir e zelar os interesses de Portugal!

Ninguém duvide de que a política nacionalista nas colónias é a única base segura para mais tempo as conservarmos, e para, mais inteligentemente, irmos preparando um futuro e indissolúvel agrupamento de nações lusitanas cuja riqueza, homogeneidade, importância política e distribuição geográfica lhe conferirão um grande peso na balança das relações internacionais em todo o mundo. Há muito tempo já que vimos obstinadamente repizando a propaganda desta orientação e a relembração deste fito que, longe de serem mero fruto de hipertrofiado patriotismo, representam, na verdade, a dedução, absolutamente lógica e maduramente ponderada, das possibilidades ainda, no mundo, felizmente abertas à actividade, à expansão e ao progredimento da raça portuguesa.

Mas, essa política nacionalista, para que, a tal rumo, possa fazer singrar a evolução político-social nas colónias, como deverá ser orientada, em que campo deverá, preferentemente, objectivar as suas realizações, e por via de que processos logrará atingir os seus patrióticos fins?

Comecemos por averiguar quais os processos mais segura e rapidamente atinentes à nacionalização integral do indígena, fazendo, do negro, um cidadão português, e não apenas no concernente a direitos civis e políticos porque isso, ou nada significaria, ou poderia, até, constituir um perigo se o preto, a quem tais direitos fossem outorgados, não se encontrasse perfeitamente nacionalizado.

A nosso ver, para enquadrar o indígena colonial na nossa étnica, há que lançar mão, principalmente, dos seguintes meios de nacionalização: *o contágio social na colónia; a educação religiosa cívica e literária; o estágio temporário, na metrópole, dos indivíduos mais aproveitáveis, e a associação do indígena ao elemento colonizante nos quadros militares, administrativos e técnicos de cada colónia.*

O contágio social na colónia tem uma função importantíssima dado o espírito de ingénua imitação que é característico de todos os povos atrasados e pode dar óptimos resultados para a nacionalização do indígena desde que tanto os colonos como os funcionários o saibam aproveitar com inteligência e persistência e que, em uns e outros, concorram, não só dotes de paciência e dedicação, como também a mais completa idoneidade moral e cívica. Não serão decerto os libertários arrancados à vasa social da metrópole ou os insofridos políticos revolucionários dos quais, de quando em vez, há que expurgar a sociedade da metrópole e... ilhas adjacentes, os indivíduos mais recomendáveis para serem postos em contacto directo com o indígena colonial pois jámais a política de raças se pode confiar a... políticos de má raça.

Os acontecimentos não remotos de Loanda e os recentíssimos sucessos que tiveram por teatro, a Guiné, valem mais, para corroborar esta asserção, do que quantos argumentos genéricos aqui adeduzissemos em defesa de tal tese!

A nosso ver, todo o funcionário colonial português, militar ou civil, deve acumular, com o exercício das funções inerentes ao seu cargo, a missão,

mais do que religiosa, intensamente sectária, de propagandista da idea nacionalista, e o papel de organizador e sentinela vigilante de toda a obra de nacionalização do indígena.

Quanto à *educação do indígena*, tratando-se, sobretudo, do africano, em nenhuma das mãos ela pode estar melhor confiada do que nas dos missionários portugueses que podem contribuir poderosamente para a nacionalização do indígena fazendo a sua educação religiosa à sombra do dogma romano que é a fé da esmagadora maioria dos portugueses, fazendo a sua educação cívica, intensamente patriótica através um sugestivo e impressionante ensino da nossa inegalável história, e mediante uma tenaz propaganda da moral cristã e dos deveres patrióticos do cidadão português. Assim o compreendeu o grande colonial que foi João Belo quando elaborou e decretou o actual estatuto missionário português.

Quanto à *vinda de indígenas coloniais a Portugal* — só nos queremos referir, bem entendido, a alguns indivíduos mais inteligentes e mais rapidamente civilizáveis — e ao seu temporário estágio na metrópole, não há dúvida de que é outro meio seguro de acelerar a nacionalização dos nativos desde que esse estágio seja novamente fiscalizado para se evitar a acção de propagandas nocivas e de contágios deletérios, e desde que, no seu regresso à colónia natal, esses indivíduos ali sejam logo inteligentemente utilizados de maneira a não dar ensejo à sua reafiliação.

Em relação à eficiência, como agente nacionalizador, *do exercício, pelo indígena, de funções administrativas ou técnicas em permanente contacto com o funcionalismo europeu* não carece de demonstração e nenhum colonialista deixa hoje de inteiramente a reconhecer.

Entretanto, convém frizar que esse exercício de funções administrativas ou técnicas pelo elemento indígena em contacto com funcionários europeus só, de facto, terá resultados benéficos se se verificar a mais inteira idoneidade do funcionalismo europeu.

E, quando nos referimos a funcionários idóneos não limitámos tal referência apenas à sua idoneidade moral, política e patriótica, mas, também, à sua idoneidade como técnicos coloniais nomeadamente versados em questões de política indígena.

O funcionalismo colonial e, mórmente, aquele que, nas colónias, se encontra em contacto directo com o elemento indígena, indispensável é que só possa ir ocupar os seus cargos quando condignamente preparado para o proveitoso exercício dos mesmos.

Para tal se criou, reformou e está funcionando a Escola Superior Colonial a cujo corpo docente pertencemos.

Mas, (e vem a propósito dizê-lo e afirmá-lo no tom do mais veemente protesto!), as nomeações do pessoal administrativo, em algumas das nossas colónias, veem sendo feitas à matroca, desprezando-se olímpicamente as garantias consignadas nas leis da metrópole aos diplomados pela Escola Superior Colonial, e provendo-se, em cargos que requerem, em quem os ocupe, a mais exhaustiva competência técnica, quaisquer imbecis iletrados em ciência colonial que o favoritismo dos mandões ou a pressão do nativismo local vai retirar dos varais que a sua falta de preparação científica naturalmente os metera para os alcandorar na boleia onde as suas mãos,

ineptas e desastradas, passam a empunhar as melindrosas rédeas da administração indígena.

! Ora isto não pode nem deve continuar por semelhante caminho! Aos missionários e aos funcionários administrativos cabe o principal papel na obra de nacionalização do indígena e é um autêntico crime contra o interesse nacional o confiar, a ineptos sem preparação técnica, toda a importantíssima obra de política de nacionalização do indígena que tanto urge desenvolver e intensificar.

Com as mais fundadas razões se insurgia, o sr. capitão António Caria, num excelente artigo publicado no último número d'esta revista, contra esse atropelo de direitos de que, n'algumas colónias veem sendo victimas os diplomados pela Escola Superior Colonial e de que é tão significativo como revoltante padrão esse incrível diploma legislativo n.º 169 que foi publicado no Boletim Oficial de Angola n.º 49 do ano passado.

Como professor da Escola Superior Colonial não posso deixar passar, sem o meu vivo protesto, essa tão odiosa postergação dos direitos adquiridos pelos diplomados nesta Escola, e, como português e técnico colonial tão pouco queremos deixar de aproveitar a amável hospitalidade que, nestas colunas, nos é dada para lembrar que se não trata apenas d'uma inepta medida, *ad odium* decretada contra legítimos e incontestáveis direitos adquiridos, mas também dum verdadeiro atentado contra o interesse nacional que, nas colónias, está na imediata dependência duma política indígena tão intensivamente nacionalisante quão cientificamente metodisada e que, requerendo a exaustiva preparação prévia de quem tenha de a orientar e conduzir, não entra no campo das possibilidades abertas à acção administrativa de qualquer pateta com padrinho mas sem letras! As nossas colónias já o dissémos, não podem ser arena para pínos comunistas nem prado para espolinhadouro de políticas cocoguentos! Mas tão pouco é lícito que as funções administrativas, nelas baixem às degradantes categorias de mangedoura para refocilamento de alarves com lampada em Meca, ou de escola primária colonial para amanuenses com poucas letras e bom apetite!

Não pode ser! A política de raças tem de estar exclusivamente entregue a funcionários devidamente preparados.

É o que a lei determina mas que, infelizmente, se não cumpre.

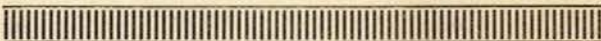
Até aqui procurámos indicar, em breve síntese, quaes os principais agentes que convém empregar, nos nossos domínios ultramarinos, para promover, na alma e na cerebração do indígena, aquela estratificação de sentimento, de ideologias, e de conhecimentos que se torna indispensável como base para a futura nacionalização integral do nativo colonial.

Mas, para que as nossas colónias fiquem perfeita e definitivamente nacionalisadas não basta aporтуguesar o indígena e nunca n'elas se poderá prescindir da fixação do elemento europeu, não só canalizando, para as colónias, a fracção do nosso fluxo emigratório que, com vantagem para o colono e para o país, ali possa e deva ser utilizada, mas, ainda, submetendo a colonisação de povoamento europeu a regras que disciplinem e orientem o seu esforço, ministrando-lhe

ensino que valorise a sua actividade, e outorgando-lhe facilidades que garantam: — não só o bem estar físico e moral do indivíduo e da família, como também a estabilidade e rápido progresso de cada novo núcleo populacional. A escola, o templo, a oficina-escola, a granja experimental, as missões agrícolas ambulantes, e a assistência clínica e de enfermagem: — eis alguns dos mais indispensáveis auxiliares da estabilisação e desenvolvimento de cada núcleo demografico de colonos europeus. Esses auxiliares são apenas os estritamente necessários para a intensificação do povoamento dos colonos portugueses, povoamento esse que, em última análise, constitui o factor mais seguro e eficaz dessa pronta nacionalisação dos nossos domínios ultramarinos que, para sempre, os livrará da usurpação estrangeira, e mediante a qual ainda podemos crear, no mundo, um império lusitano sob alguns aspectos semelhantes a essa autentica maravilha de equilibrio político, social e económico que se chama: — império britânico.

Mas, sem uma activa e continua política nacionalista e qualquer que possa ter sido o êxito da valorisação económica, jamais lograremos conservar indefinidamente as nossas colónias. Não o esqueçamos!

A par do enriquecimento, temos de cimentar, nas colónias, em bases indestructíveis, a sua nacionalisação integral. Só assim as conservaremos intactas por largo tempo e, só assim, se poderá dar, em futuro longinquo, inteira realidade ao sonho dum Portugal Maior, dum império lusitano constituído por nações quasi independentes, mas unidas entre si, pelos indissolúveis elos d'uma nacionalidade comum.



PAISAGENS AFRICANAS

A catarata do Ruacaná

Uma Entrevista

com

JOÃO DE ALMEIDA sobre Angola

Porque não perdeu a oportunidade e porque nos parece útil e interessante dar-lhe uma maior expansão transcrevemos a notável entrevista concedida ao Diário da Manhã pelo sr. Brigadeiro João de Almeida sobre a Colónia de Angola.

O problema de Angola é hoje um dos maiores problemas nacionais. Ele excede por vezes em importância e acuidade os mais graves problemas da Nação. E' que ninguém ignora que Angola — a portuguesíssima e rica colónia de Angola — está hoje tão ligada aos destinos de Portugal como as suas províncias metropolitanas. Nela temos uma grande missão a cumprir e interesses muito sagrados a defender.

Muitos têm sido coloniais ilustres e experientes que, nos últimos tempos, têm emitido a sua opinião sobre os problemas de Angola. O próprio Ministro a tem exposto com um equilíbrio e uma clareza notáveis. Tornava-se necessário ouvir aquele que, na frase de Silva Teles, tem sido o maior colonial português deste século, e que foi, incontestavelmente, o que realizou em Angola uma obra mais vasta e impressionante: o brigadeiro João de Almeida.

Ocupador notabilíssimo, a ele devemos empresas que amanhã serão daquelas de que mais se orgulhará a história pátria, pacificador, organizador, administrador, a ele se deve a realidade desse magnífico Sul de Angola que ele conquistou, organizou e desenvolveu para Portugal.

O ilustre militar que ainda conserva a mocidade de espírito, a energia e a fé de outros tempos quiz escusar-se à entrevista:

— Já se têm dito palavras de mais. O momento presente não é para falar — é para proceder.

Objectamos:

— Todavia é com palavras que nos entendemos. E as de V. Ex.^a têm neste momento um valor incontestável.

O brigadeiro João de Almeida que é realmente tido como homem de poucas palavras, hesitou, e, com mais cortezia do que convencimento consentiu:

— Pois seja.

— O que pensa da situação de Angola, sr. brigadeiro?

— O que já lhe disse. E' preciso agir. Angola atravessa um momento delicado da sua evolução — não uma crise de crescimento como já se disse — mas apenas uma crise de organização. Quando em



BRIGADEIRO JOÃO DE ALMEIDA

1895 se de o movimento a que podemos, com rigorosa propriedade, chamar, de resurgimento colonial, não se ocupou simplesmente. Também se organizou e também se enunciou com directivas nítidas a evolução que convinha à Colónia. Mas depois veio a Política — esse entretenimento negativo de coloniais impotentes para realizarem obras úteis — e não só se perdeu o sentido inicial da evolução como também se começaram a adotar vários, tantos quantos os governadores que por lá passaram.

Ora os grandes problemas de uma colónia como Angola, os dominantes pelo menos, exigem continuidade que não é compatível com os diferentes planos e programas dos diferentes governadores.

— Mas como estabelecer essa continuidade se a instabilidade dos Governadores é muitas vezes uma fatalidade que a realidade política impõe?

— Assegurando a estabilidade dos planos. Este pensamento, de resto, é fundamental na ideia da unidade imperial que, com tanta razão se vem defendendo em todos os países coloniais. Os planos de administração pertencem ao Ministério das Colónias — à cabeça do Império —. Os Governadores são apenas executores desse plano. E essa simples função que é, de resto, nobilíssima e gloriosa, que exige qualidades de inteligência e de acção em alto grau, assegura a continuidade de um plano, duma política

colonial, mesmo que não haja continuidade de governadores. Evidentemente, isto não quer dizer que a instabilidade do Governador não seja nociva. Mas entre dois males êstes é incontestavelmente o menor.

— Está então V. Ex.^a convencido de que não há uma crise de crescimento?

— De certo. Isso é uma frase literária que não corresponde a coisa alguma. Os vários planos «desencabeçados» sempre prometedores, sempre brilhantes na sua expressão verbal, sempre deixados em meio ou apenas em palavras, sempre diferentes do anterior, estabeleceram, pouco a pouco, uma desorganização que, evidentemente, não podia resistir, ao mais ligeiro assalto de uma crise. Desorganização financeira, desorganização geral do trabalho e da produção. E tanto assim era que, repare bem: Nunca houve em Angola tantos funcionários como hoje — e nunc^o eles produziram tão pouco. No meu tempo, êsse tempo em que se principiou — e duma forma a que eu insisto em chamar organizada — o Cubango, por exemplo, foi inteiramente ocupado administrativamente. Pois hoje com três ou quatro vezes mais funcionários, o Cubango só nominalmente se pode dizer ocupado.

O seu estado de abandono é desolador. E nem sequer as estradas, os caminhos, as linhas telegráficas, as comunicações que lá deixei, hoje existem.

— Crê V. Ex.^a que é só a desorganização a causa dos males de que Angola sofre?

— Há evidentemente uma crise mundial cujos efeitos Angola havia de sentir fatalmente fôsse qual fôsse a situação. Simplesmente as conseqüências dessa crise são consideravelmente agravadas pela falta absoluta de meios para lhe resistir: A organização.

— Como vê V. Ex.^a a solução do problema?

— Organizando naturalmente, ou antes reorganizando. Com directivas firmes e nítidas do Ministério das Colónias — e o actual ministro já as definiu sob o ponto de vista financeiro com notável precisão e clareza — estabelecendo uma ordem financeira, uma ordem económica e uma ordem administrativa que há muito tempo não existem.

— Concorde então V. Ex.^a com os pontos de vista expostos pelo Sr. Ministro das Colónias?

— É o princípio da ordem em que lhe falei. É finalmente uma directriz definida, uma regra entre a desordem, uma Política entre a confusão.

Não quízemos deixar de fazer uma objecção que tem sido levantada contra a política financeira do Sr. Ministro das Colónias:

— É possível equilibrar o orçamento ordinário de Angola nas actuais circunstâncias?

— É possível e é necessário. Só em despesas reprodutivas — e êsse caso foi previsto pelo Ministro — se admite que a colónia gaste mais do que recebe. É ainda uma questão de organização. Quando se argumenta com o volume do *deficit* actual e com a dificuldade de aumentar receitas de um momento para o outro esquece-se que é no orçamento das despesas, sobretudo, que o equilíbrio se há-de procurar e que a redução de despesas é não só possível dentro de limites muito largos como útil até sob o ponto de vista do rendimento prático. É em grande parte o luxo de serviços supérfluos, de funcionários burocratas ou burocratisados que embaraçam uma acção produtiva. Quando se contam os engenheiros, os agrónomos, os médicos, os agrimensores, etc., que na colónia não fazem outra coisa senão trabalhos buro-

cráticos de gabinete enquanto o campo da sua verdadeira acção continua estéril e deserto, compreende-se perfeitamente a desorientação na produção. E assim lhe digo: A redução de despesas corrigirá êsse mal visto que com ela entendo o aproveitamento útil dos serviços e funcionários que ficarem.

— No entanto o problema da colónia não é só um problema financeiro?

— Decerto. É como lhe disse um problema de organização em que o fomento e a economia representam um papel essencial. A ordem financeira é apenas uma condicional indispensável e que só sólidamente estabelecida garante o estabelecimento das restantes. A obra a fazer em Angola é, de facto, uma obra económica cujos pilares são a assistência técnica, o trabalho e a produção indígena, a colonização branca, a organização comercial e industrial e o equilíbrio da balança económica. Todos êstes problemas formam um todo interdependente nas suas componentes e só encarados como um todo podem encontrar soluções satisfatórias.

— Parece-lhe que nas circunstâncias actuais o equilíbrio da balança económica seja realizável.

— Se em Portugal as ideias além de uma expressão verbal tivessem uma expressão prática, isto é, se em vez de serem apenas fórmulas para programas e discursos fôsssem indicadores activos de uma Política Colonial, já isso se teria feito dentro do aspecto económico da Ideia imperial que defendemos.

Portugal ainda não coordenou os seus interesses económicos com os interesses das colónias. Nem a Metrópole consome ainda na quantidade e com a intensidade devidas o que as colónias lhe podiam fornecer — o algodão, o tabaco, o café, os cereais, etc. — nem as colónias consomem o que a Metrópole lhe pode fornecer — os vinhos, o azeite, as conservas, os tecidos, etc. — Logo que uma política económica coordene êstes dois interesses não só estará realmente resolvido, sem sofismas nem malabares, o problema das transferências mas também um problema fundamental da economia de ambas as partes e da nacionalização de Angola.

— Mas para isso?...

— Voltamos sempre à mesma. Para isso há que organizar uma produção e uma administração — organizar apenas. E depois de organizar manter e activar um trabalho de homens de acção e não de burocratas, agitar em toda a Colónia como uma ideia fundamental de que Angola precisa de que não é gastando muito mas gastando bem que pode desenvolver-se. É isto tem que ser uma verdade seguida na actividade do Estado, sobretudo, na mentalidade dos particulares depois.

— Mas em que bases assenta essa produção?

— Não é fácil detalhá-lo nem exprimi-lo com a clareza necessária numa entrevista. Dir-lhe-hei apenas que julgo deslocado presentemente o fulcro da ocupação económica de Angola. A centralização e o luxo dos grandes serviços públicos deslocou-o. Na colónia, como de resto, também em Moçambique, temos que partir das parcelas para o todo e não inversamente, isto, é, temos que restituir às circunscrições e aos governos de distrito a sua função de núcleos da expansão económica e da organização da produção. Ahí é que se faz o trabalho útil e produtivo — aí é que a organização deve assentar. De resto Angola tem problemas locais, de norte a sul, com so-

(Conclue na página 19)

O Caminho de Ferro de Tete

pelo Tenente Simões da Mota

Aluno laureado da Escola Superior Colonial

AO ser convidado para colaborar na revista *Portugal Colonial* hesitei em aceitar êsse honroso convite, por vários motivos à frente dos quais aparece a minha pouca competência agravada com a falta de prática em escrever para público, pois é êste o meu primeiro escrito que verá a luz da publicidade.

Será uma temeridade vir assim, quando as brancas já começam a despontar e, portanto, quando já não há a desculpa de pouca idade para os cometimentos ousados, afrontar a crítica pública e, de mais a mais, numa revista onde tantas competências já têm ilustrado, com o brilho da sua prosa e a lucidez das suas ideias, as suas páginas.

Os argumentos e a insistência empregados por alguns amigos em me convencerem a desistir dos motivos que me levavam à recusa, foram de molde a fazerem com que eu abandonasse a minha primeira intenção e assim me trouxeram à liça da letra redonda onde, segundo eu tenho ouvido, tantos disabores se encontram da parte daqueles que sempre estão dispostos a, deturpando tôdas as intenções por mais puras que sejam, censurarem tudo quanto se diga, muitas vezes só pelo facto de serem ditas por quem são.

Venceram pois, aqueles amigos e sôbre eles vai a responsabilidade que desta vitória sôbre o meu desejo de silêncio êles conseguiram.



Para um primeiro artigo falta sempre o assunto, e, esta falta foi mais uma luta para o meu espírito, até ao momento em que ao meu pensamento veio a lembrança da divisa usada pelos cavaleiros da idade média: «Pro dona mea». ¿Porque não combateria eu também pela minha dama? E que dama mais airosa podia eu escolher do que essa maravilhosa colónia de Moçambique onde tanto se me prende o meu pensar, onde eu me habituei a bem compreender o valor da frase dessa figura luminosa da nossa história colonial—Mousinho de Albuquerque—em que êle dizia «que nas colónias é que se faziam os homens», e que eu acrescentarei que foi lá também que me habituei a *conhecê-los*.

Assim, pois, por gratidão e por amor, eu aqui estou na liça falando n'Aquela a que me prendem laços indissolúveis ligados por nove anos de residência ali.

Escolhi o caminho de ferro de Tete pela convicção em que estou de que no dia em que êste caminho de ferro fôsse um facto, a economia moçambicana podia inscrever essa data em letras de ouro pois ouro êle faria entrar na colónia.

Positivamente que não vou falar na construção debaixo do ponto de vista do seu traçado, pois isso compete aos engenheiros, falarei sim, e isso mesmo a traços largos, das vantagens económicas que da sua construção adviriam.

É o distrito de Tete um dos distritos da colónia de Moçambique de sub-solo mais rico, um distrito mineiro por excelência—em que predominam minas de: carvão (de afloramento superficial), de ouro, prata, ferro, etc. Levingstone dizia que: «Tete está no centro de um vasto jazigo de carvão de pedra, que se estende desde a Lupata até ao Zunho, que é fechado por um largo cinto de minas de ferro» e acrescentava que «o ferro de Tete é superior ao melhor da Suécia». O geólogo Craig num relatório dizia: «... não serão precisos muitos anos para a região carbonífera zambeziana fornecer suficientemente tôdas as indústrias da colónia de Moçambique, e estender progressivamente a sua esfera de influência, abastecendo todos os caminhos de ferro da região e ter excesso de produção para exportar».

A *Zambezia Mining Development, Ltd.*, tendo obtido, em 1919, uma concessão mineira de uma área de 35.000 milhas quadradas, mandou fazer o levantamento geológico tendo-se constatado, só na bacia de Tete, uma existência de carvão, facilmente acessível, superior a cento e cinco milhões de toneladas, tendo-se verificado, em quatro bacias onde foram feitos reconhecimentos, a existência de 100 a 110 milhões de toneladas em afloramentos e cêrca de 700 milhões em profundidade.

Poder-se há dizer que, embora a quantidade seja grande, pode a qualidade ser péssima e portanto esta prejudicar aquela. Mas assim não sucede, como se concluiu de ensaios feitos em 1922 em caldeiras fixas, máquinas de caminho de ferro e embarcações, ensaios êstes que levaram os técnicos à conclusão de que o carvão de Tete é superior ao do Natal, Transvaal e Katanga. Pelas análises feitas mostra-se que contém:

11 a 14 % de cinzas
22 % de materiais voláteis
menos de 1 % de enxôfre



Passagem dum dos rios ao norte de Moçambique

e que arde com facilidade e produz magnífico coque para fundição.

Além da sua riqueza mineira, tem também o distrito de Tete grandes possibilidades agrícolas, tendo Mr. A. Girard dito o seguinte: «Da Mutarara à Lupata há ótimos terrenos em ambas as margens do Zambeze, e não me surpreenderá ouvir dizer um dia, depois da construção do caminho de ferro da Zambézia, que o vale do Zambeze está competindo com o vale do Nilo».

Acrescenta-se ainda o facto de, no distrito de Tete, haver regiões como a Angónia, com ótimas condições para a fixação da raça europeia e poder-se-há fazer uma pávida idea do valor que pode ter este rico distrito na economia de Moçambique.

Hoje esse valor é nulo devido às grandes dificuldades que há em os produtos conseguirem atingir os mercados consumidores, pois que a única via que se lhes oferece para alcançarem o mar é a navegação fluvial do Ivamuge, meio de transporte este que, além de muitos inconvenientes, oferece a grande dificuldade de navegabilidade daquele rio, principalmente na estação seca, e o não ter um ponto terminus, pois que aquele que geralmente aproveitam — o Chinde — é de difícil acesso, pelos assoreamentos frequentes dos braços de mar que a êle conduzem, até mesmo a barcos de pequeno calado sendo o seu apetrechamento muito rudimentar, se não mesmo nulo.

Assim, pois, impõe-se, como uma necessidade absoluta para o desenvolvimento daquele magnífico distrito, a construção de um caminho de ferro que proporcione meio de transporte, rápido e prático, até ao mar, àqueles produtos que só esperam esse meio para entrarem como um valor real na economia nacional, pois que com a riqueza das colónias se aumenta a riqueza da metrópole.

Há já quatro estudos feitos sobre o traçado mais conveniente a adoptar, datando o primeiro de há perto de cinquenta anos, se os não completou já. Porque não se adopta um dêles, àquele que os técnicos reconhecerem como mais útil, e se pensa a sério neste assunto, antes que «outros» se nos antecipem?

Segundo o engenheiro sr. Lopes Galvão, os 600 quilómetros de caminho de ferro a construir para ir da costa até ao centro do distrito de Tete deve custar £ 1.800.000. Não terá a colónia de Moçambique possibilidades de conseguir um financiamento para um empreendimento em que os lucros devem ser certos?

Tem-se, até há pouco, tido a preocupação de atender só à parte sul da colónia talvez com o desejo de atendermos às necessidades dos outros. Eu bem sei que temos a obrigação de darmos, através das nossas colónias, saída aos produtos do «hinterland» sul-africano, para evitarmos sermos considerados como maus vizinhos; mas parece-me que já hoje oferecemos mais do que êles precisam ou pelo menos mais do que êles querem utilizar, e por isso justo é que tratemos agora de nós.

Está à testa do governo da Colónia uma individualidade que, como poucas, conhece as suas necessidades pois bastante lá tem empregado o seu esforço e a sua inteligência. Já deu um grande impulso à construção do caminho de ferro de Moçambique, impulso que bastante se tem feito sentir no desenvolvimento económico daquele distrito. Tem S. Ex.^a sabido rodear-se de auxiliares dotados das qualida-

des indispensáveis para conseguirem fazer obra útil para a Colónia.

Bom seria que o caminho de ferro de Tete merecesse a sua atenção pois que conseguindo-se a sua construção, com isso S. Ex.^{as} prestariam à colónia um serviço que lhes daria jus à gratidão de todos os portugueses, até mesmo pelo fim nacionalizador que com ela se atingia visto que já há, se não projectos, pelo menos pensamentos de ligar a região mineira de Tete com o caminho de ferro do Nyassaland, em Chiromo, construindo 115 milhas de via, collocando-se, assim, tudo em mãos estrangeiras o que seria de pernicioso resultado, pois que todos os lucros provenientes da exploração daquelas riquezas iriam beneficiar outros não portugueses.

É bom também não esquecer que com os caminhos de ferro coloniais três fins se podem atingir: «colonizador» de «ocupação» e «económico», fins estes que todo o administrador colonial tem que inscrever como ponto capital do seu programa, tanto mais nestes tempos em que tantos corvos grasnam sob o céu das nossas colónias na esperança de nelas poderem debicar.

E preciso afugentar esse bando, e para isso tem que fazer-se-lhes compreender que as nossas colónias vivem e prosperam, orientadas por aquele pequeno povo que sempre deu ao mundo lições na ciência de bem colonizar, lições que os outros povos sempre têm seguido e aproveitado.

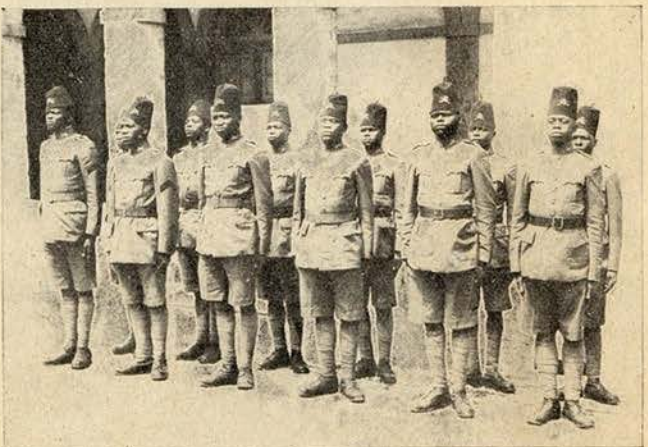
Para isso tudo quanto contribua para o seu desenvolvimento deve ser utilizado e nada há como os caminhos de ferro para proporcionarem esse desenvolvimento.

Já o grande colonial que é o sr. Henrique de Paiva Couceiro diz no seu livro «Dois anos em Angola»: «O caminho de ferro surge, como surgiria num prosaico corpo de artérias vazias a primeira injeção de sangue que houvesse de pô-lo em pé».

Lisboa, 4-5-931



Exposição Colonial de Paris



Os soldados landins da representação portuguesa

Página literária

O ceu largo, baixo, côr de estanho e a planície lembram os planos dum hidró em que a casa é a pequena barquinha. Na estrada vermelha e num traço de ponte está talvez a cruz de Cristo.

Tardes de Africa

Pela poetisa D. ESTER GIL NOBRE

O marido de Mary, um pouco mais grave do que a mulher, mais grave no acento circumflexo do seu chapéu de cortiça, tem uns olhos quasi

Falta acertar-lhes os lados, procurando-lhe a forma.

Uma nesga de ceu esbranquiçado poisa nos montes suaves que lhe servem de praia e pelo espaço, a esmo, ha particulas de cores como se um arco iris de vidro se quebrasse e ficasse espetado em pedacinhos nas nuvens de granito, vedando o ceu de Portugal — jardim suspenso da nossa saudade! Atravez do mosquiteiro toda a paisagem é um reposteiro de filete.

Apetece chamar um preto e dizer-lhe que o afaste, que o puxe pela borla daquele arbusto anão. Ao longe, na bainha do horisonte, a terra inglesa da Rodézia estende-se côr do tabaco das plantações — loira qual cabeleira de miss, aquela miss que veio dactilografa para Jolsanesburgo e agora leva os filhos, num cabaz com rodas, atravez dos talhões cubistas da farm geometrica do seu marido.

Como um traço imperceptível num mapa este carro atrevessa diariamente a fronteira.

A amisade, neste caso serve de tinta da China. Mary gosta de vir á administração expandir a sua alegria exagerada, tão exagerada como o doce dos bolos deliciosamente portugueses que a mulher do nosso administrador lhes serve ao lunch. Mary gosta muito de Portugal que nunca viu, mas de que já conhece as nossas caravelas, bordadas em barra, na pequena toalha de chá, o chá que ela gosta de tomar pela chicara portuguesa que tem corações pintados.

Os seis olhos dos trez filhos de Mary, tão azues como um minuscuro serviço de loiça de brincar ás bonecas que apetece virar do outro lado para ver se teem, na nuca, o emblema da Vista Alegre. Mary trouxe mais fotografias. Os ingleses gostam de tirar retratos como as creanças gostam de estampar bonecos. O grande cabaz de verga, além dos filhos da Mary, transporta as garrafas com os alimentos para cada um, uma cadeira de lona — porque a Mary arma tenda onde lhe apetece, — um binóculo para ver se ha liões e a maquina fotografica.

As fotografias da Mary! Que ingenua escolha de assuntos! E como ela quer a estes pequenos cartões, como ela os guarda como se toda a sua vida estivesse aos pedacinhos sobrepostos, como fichas — seus momentos vividos, seus anos jogados.

Neste, são os filhos no banho, neste outro, é Mary espalhando do cimo dum muro caído, ás suas mil galinhas brancas, mãos cheias de milho que cae brincando no chão como granizo tostado neste ceu de Africa que às vezes parece um forno onde o pão se cose na ceára.

como os dos filhos — olhos de loiça para gente grande que põe na parede do rosto presos pelos arames duns óculos, uns óculos que apagam a marca da Vista Alegre e põem a da Marinha Grande...

Jornais ingleses e portugueses, depois de lidos ficam dobrados juntos, misturadas as páginas como pessoas estranhas metidas, á força, na mesma casa. Não conversam, não se entendem, julgam-se mutuamente mudos, cada um julga que o outro é um papel em branco.

Mas as letras espalhadas como contas dum colar desenhado, começam a falar, a pedir os seus lugares. Pelas dobras de papel, como ecos pelas quebradas, ouvem-se as vozes fininhas das vogais femenís e adivinham-se os *shake-hands* das consoantes másculas, correctas. Atravez das conversas, do chá e do Whisky que o administrador esbanja, sem administração, para o copo do marido de Mary, ha um murmurar baixinho como a voz dum buzio. As letras já se reuniram em varios exercios alfabéticos, a formar pequenos pelotões de experiencia, pequenas palavras como: «Aliança», «Amisade», «Lisbon and London».

Ha quatro dias que Mary não aparece.

Começamos a sentir a sua falta. Mary, pensando bem, não é ninguém.

É tão simples, tão ingenua com a sua presença, que é absurdo que sintamos a sua ausencia. Mas o seu riso de *baby*, o seu rosto roubado á estampa do *Talc-Powder*, são a illustração mais colorida destas tardes de Africa, monotonas como uma página rasa de prosa. A sua cabeleira doirava o chá e a frescura da sua saia de sêda crua lembra uma maçã, mais córada do lado do sol — a bluzza côr de rosa. Que teria acontecido á Mary? Já todos mandámos saber dela e os pretos disseram que ela se foi e, como sempre, levou os filhos.

Vendo o nosso cuidado o marido, admirado talvez da nossa insistencia que tomaria por curiosidade — como nós somos diferentes! — veio passar a tarde do terceiro dia conosco.

— A Mary? — onde está a Mary? — Alguns num tom que parecia dizer-lhe: que fez da Mary? — Queremos que nos ponha já, aqui, a Mary? — Foi a Johannesburgo — lançou ao ar, como um bolo, a ver quem apanha. — A Johannesburgo? — repetiu o mais ágil, o que mais depressa apanhou a palavra. — Sim. My Prince deve ter desembarcado ontem. A Mary foi tirar fotografias. A puerilidade inglesa! Para nós, a ida repentina de Mary a Johannesburgo, afiguravase-nos como uma coisa grave, uma doença dos filhos, uma desgraça, um romance...

E Mary, sem obstáculos, sem «mas», estes «mas» de que nós enchemos as malas antes de sairmos de

casa, encheu os *thermos* de leite e lá foi para a estação com os filhos no carro, que despachou. Quando este lhe foi entregue novamente, meteu tudo dentro e foi para o hotel esperar *her Prince*. No recinto da gare foi-se juntando uma multidão bisarra — ingleses de fato branco e cartola, raparigas e rapazes de ar sportivo — a toilete que acharam mais própria para receber um belo jogador de *golf*. O elemento oficial imponente e lustroso como uma moldura doirada, própria. Já se ouvia o bater apressado do coração da máquina que surgiu como um enorme gafanhoto, exagerado como todos os seres animais e vegetais que fazem o sortilegio da África. Mary pega no carro e, resoluta, como que manejando uma charrua de discos, lavra pela multidão compacta que se abre como terra, amolecida pela visão desposta das trez creanças. Entre as manifestações dos seus subditos, sinceras, expontaneas, corretas como hástes podadas, sem a ramagem superflua da algazarra, o príncipe de Gales apareceu. Mary tirou todas as fotografias que pôde e, com a mesma serenidade resolveu-se a voltar.

Entre todas as fotografias que revelou — ou antes, as fotografias é que lhe revelaram o sorriso, a alma do seu Príncipe — escolheu a melhor e, carinhosamente com um sorriso sumarento de vencedora resolveu-se amplia-la.

Foi indo de ampliação em ampliação até que já tinha um príncipe do tamanho dum menino de quinze dias.

Foi pôr a secar encostada á casa no passeio branco do lado do jardim. O preto jardineiro, aquele preto de cerebro tão escuro como a sua pele mas que vive para a Mary e era capaz de morrer por ela, pelo marido e pelos filhos, anda todo o dia a regar as flores «para crescerem, para a senhora gostar muito».

A pesar da fogueira do sol estar no auge — as trez horas da tarde são como trez troncos aumentando a labareda — Mary já foi por trez vezes ver se a fotografia estava seca e, cheia de espanto, verificava que cada vez estava mais húmida.

Com um sorriso de quem preparou uma surpresa boa e espera a recompensa da alegria provocada, o preto espera, de regador em punho, parado, feliz. Mary compreende então e o preto ao ser interrogado, docemente, para que responda com franquesa, como uma creança tímida, declarou: — «Preto regar este sinhô para crescer milho, para a senhora não ter trabalho de crescê-lo mais».

Dr. Agostinho de Campos

Tem estado doente, embora, felizmente, já em via de restabelecimento o ilustre escritor sr. dr. Agostinho de Campos. Por esse motivo ainda neste número não podemos inserir as suas cartas.

Fábrica Portuguesa

DE
ESCOVAS E PINCEIS
Movida a electricidade

FIGUEIREDO, JORGE & C.^A

Executa toda a qualidade de escovas para Fábricas de Lanifícios e Moagem, bem como brochas e pinceis para qualquer género de pintura, por muito difícil que seja a sua execução

69, Rua S. João da Praça, 71—Telef. 2 0362—LISBOA

Funcionalismo Colonial II

VAMOS hoje verificar que a preparação do funcionalismo colonial merece às principais potências coloniais um grande carinho. Apenas deliniaremos, num rápido esboço, a orientação seguida pelos principais países, por não quereremos abusar da paciência dos nossos leitores, nem do gentil acolhimento que a estes desprezenciosos escritos reserva a «Portugal Colonial», revista cujos patrióticos fins é desnecessário enaltecer.

Mas, entremos no assunto.

Em Inglaterra o recrutamento do funcionalismo Colonial é feito com especial atenção. Quem quer servir nas colónias tem de demonstrar a sua capacidade moral e intelectual.

Para se avaliar das garantias de competência técnica dos candidatos, sujeitam-se estes a exames rigorosos sobre os assuntos gerais que interessam à profissão que pretendem seguir.

Exige-se-lhes um exacto conhecimento da colónia onde vão trabalhar, e somente depois dum estágio mais ou menos demorado nessa colónia, durante o qual demonstram satisfazer às necessidades do serviço, são admitidos no respectivo quadro, mas ainda sem carácter efectivo.

No Imperial Instituto of the United Kingdom funcionam cursos especiais de legislação, culturas coloniais, higiene, etc; frequentados pelos candidatos que o Colonial Office destina à África Ocidental e Oriental.

Não nos é possível dar mais promenores, porque havendo na Gran-Bretanha muitas escolas onde são tratadas as questões coloniais, isso nos levaria a larga exposição que não se compadece com o espaço e tempo de que dispomos.

Dito assim muito resumidamente o que se faz na primeira potência colonial, olhemos para a França.

Como se sabe as tentativas de expansão ultramarina em França, começaram no tempo de Francisco I, embora sem grande êxito. Interrompidas depois, só com Henrique IV e Richelieu e mais tarde com Colbert, a França reatou a sua política colonial.

Mas as convulsões internas e as guerras na Europa fizeram-lhe perder quasi totalmente as terras que tinha adquirido e podemos dizer que só depois de 1870, exceptuando a conquista da Argélia durante o reinado do último dos Bourbons, esta nação voltou a interessar-se por este assunto, conseguindo mediante a pertinácia de Ferry o grande império colonial que hoje possui.

Não foi muitos anos depois de iniciada esta política pela República Francesa, que ali apareceu o ensino colonial.

Em 1886 creava-se em Paris um curso de legislação colonial e algum tempo depois nas Faculdades de Bordeus, Nancy, Aix, Lyon, Poitiers e Rennes cursava-se, também, a legislação colonial e a economia.

O ensino colonial foi-se, assim, desenvolvendo, criando-se numerosos estabelecimentos para a sua difusão e as necessidades e responsabilidades inherentes a uma tão vasta obra de colonização obrigaram à fundação de organismos especiaes para o ensino técnico.

Surgiram assim o Jardim Colonial de Nogent-sur-Marne, o Instituto de Medicina Tropical de Bordeus, o Instituto de Medicina Colonial de Paris e a Escola Colonial.

É a Escola Colonial de Paris, dada a natureza deste trabalho, que mais nos interessa e sobre cuja organização vamos dizer alguma coisa. Destina-se esta escola à preparação dos funcionários administrativos e judiciais.

Pela reorganização de 1927, professam-se neste estabelecimento três cursos: o das carreiras administrativas para a África do Norte, Tunísia e Argélia; o das carreiras administrativas para as colónias; e um curso para a magistratura.

A criação destes dois cursos administrativos revela a necessidade que houve em diferenciar a preparação dos funcionários que se destinam a todo o norte de África, onde impera o elemento arabe, da daqueles que se destinam a outras regiões. As características da África do Norte e do seu elemento populacional, fiel adepto do Alkorum, e, portanto com todas as qualidades e defeitos próprios dessa civilização, explicam suficientemente a existência dum curso à parte para os agentes da Administração francesa naqueles países.

E, como, o outro curso administrativo se destina a regiões que, também, tanto diferem, mas não oferecendo na sua dissimelhança a mesma extensão que aquela, não se estabeleceram cursos diferentes, mas nem por isso se deixou de observar o mesmo cuidado.

Assim esse curso tem uma parte geral e duas especiais, que se destinam respectivamente à Índia-China, uma, e outra, à África — parte não compreendida no primeiro curso — e Madagascar.

Nestes cursos são tratadas as seguintes matérias: Geografia, Ciências Naturais, Ciências Jurídicas e económicas, Legislação Administrativa e Financeira, Etnografia e direito consuetudinário, direito mussulmano, línguas indígenas, História da colonização, etc.

Só poden entrar na Escola, para os cursos administrativos, os indivíduos, que, além de satisfazerem a outros condições que não vale a pena enumerar, tenham aptidão física, diploma de bacharelato e tenham já prestado o serviço militar.

Terminado o curso, os diplomados pelas secções administrativas são nomeados, conforme as vagas, para as diversas colónias.

São, também, admitidos alunos livres para frequentarem as diferentes cadeiras e que depois são aproveitados para exercerem lugares de mais baixa categoria.

A secção de magistratura prepara os magistrados judiciais para as colónias, mas como isto não importa à índole deste artigo, vamos passar a outro país, que pelo desvelo que tem tratado o ensino colonial, justificaria uma muito maior descrição do que aquela que fazemos.

Trata-se da Bélgica.

Talhado na conferência de Berlim, o Estado Livre do Congo, só depois da morte do rei Leopoldo passaria a constituir uma colónia, que a opinião belga bastante custou a aceitar.

Alegavam-se as enormes dificuldades duma obra de colonização; o empate de capitais, o sacrifício de vidas e possíveis «differendums» internacionais. Mas vencida essa resistência justificavel num povo que vivera até então, delas arredado; cuidou-se a sério da obra empreendida; e todas as dificuldades, gran-

des é certo, largamente receiadas, foram vencidas brilhantemente.

A bem cuidada preparação dos seus agentes de administração logo apparecem aos estadistas belgas como sendo de absoluta e ineludível necessidade.

Das numerosas instituições onde se professa o ensino colonial, e pode-se dizer que ele não é alheio ao programa de nenhuma escola, duas ha a que nos vamos referir por se dedicarem especialmente à preparação do funcionalismo para o Congo.

São elas a Escola Colonial e a Universidade Colonial.

A Escola Colonial, fundada em 1910, e reorganizada em 1928, serve para dar aos que se destinam ao serviço da colónia uma preparação em relação com os serviços que vão desempenhar.

O ensino é gratuito e está dividido em duas secções. A secção superior só são admitidos os diplomados por uma Universidade ou Escola Superior, e os alferes diplomados pela Escola Militar ou Escola de Aplicação. Destina-se esta secção à preparação de funcionários administrativos, de finanças, aduaneiros, de policia, etc.

A secção inferior destina-se a funcionários de categoria mais modesta, só podendo ser admitidos os candidatos portadores dum diploma de ensino médio ou equivalente e os que possuam a carta patente de alferes da reserva.

Em ambas as secções há um curso geral e cursos especiais. No curso geral da secção superior são versadas as seguintes matérias: Organização política e administrativa do Congo, política indígena, História Colonial, Geografia do Congo, Regimen económico, Noções jurídicas, Instituições primitivas e etnologia Congoleza, Higiene, Direito orçamental, Agricultura e pecuária.

Do curso geral da secção inferior fazem parte sensivelmente as mesmas cadeiras, mas dadas com menor desenvolvimento.

Os cursos especiais, tanto duma como doutra secção, estão organizados de harmonia com os diferentes ramos da administração a que se destinam.

Passemos agora à Universidade Colonial. Criada em 1923 pela transformação da Escola Superior Colonial que havia sido fundada três anos antes, esta Universidade tem por fim preparar para as altas funções da administração colonial.

A Universidade tem três faculdades:

A Faculdade de Ciências Políticas e Administrativas;

A Faculdade de Medicina Tropical;

A Faculdade de Ciências Naturais.

O curso professado na Faculdade de Ciências Políticas e Administrativas é de três anos, tendo o aluno de prestar, entre o 2.º e o último ano, um ano de serviço militar, em princípio, nas Escolas dos alferes de Reserva.

O curso consta das seguintes matérias:

História da Civilização europeia, História da formação dos actuais impérios coloniais, História dos sistemas de colonização, Elementos de história da filosofia, Noções de biologia, Noções de antropologia, etnologia e prehistória, Psicologia, Direito público, Direito público colonial comparado, Direito penal congolez, Enciclopédia do direito, Economia política e social, Regimen económico da colónia, Finanças coloniais, Contabilidade prática, Geografia de África e cartografia, Elementos de mineralogia e geo-

logia geral e africana, Elementos de botânica congoleza, Medicina usual, Higiene e Medicina tropical, Hábitos e Costumes Indígenas no Congo, Política Indígena, Língua e literatura francesa, flamenga e inglesa, Curso de brigada, Linguística bantu, Lógica e metodologia, Deontologia.

Os candidatos à admissão à Faculdade são submetidos a provas eliminatórias e têm de satisfazer, além doutras, a estas condições:

Possuírem um diploma de ensino médio, atestado de bom procedimento e capacidade física.

Assim fica dito muito sucintamente qual a organização destes dois importantes estabelecimentos de ensino, que mostram perfeitamente quão rigorosos são os processos adoptados no recrutamento do funcionalismo para o Congo. Ahamos ainda interessante fazer notar que todo o candidato às funções administrativas na colónia belga é obrigado a fazer um estágio de três anos antes de se tornar efectiva a sua nomeação. E em qualquer ocasião, durante o período do estágio, pode ser demetido pelo governador se por motivo de ordem física, moral ou intelectual não convier ao serviço (Estatuto do Congo, boletim oficial de 1929).

A Holanda também dedica muita atenção à especialização do seu funcionalismo colonial.

Todo o candidato a funcionário tem pelo menos de satisfazer aos seguintes requisitos: aptidão física e habilitações equivalentes ao nosso curso secundário. Os candidatos são submetidos a um exame bastante sério sobre tudo o que diz respeito às funções a desempenhar.

Os formados em direito pelas escolas da Metrópole têm apenas de prestar provas sobre direito musulmano, instituições e costumes das Índias Neerlandesas, direito público, organização das colónias, língua, literatura, geografia e etnografia das Índias.

Funcionando desde 1929 nas Índias Neerlandesas uma Escola de Direito, cujos programas se harmonizam com o meio, supomos que os diplomados por esta escola sejam dispensados deste exame; mas nada podemos afirmar por falta de elementos.

Para terminarmos falta somente dizer como a Itália encara este problema. Pelo decreto n.º 355 de 26-2-928 foi promulgado o novo Estatuto dos funcionários da Administração Colonial italiana.

Por este estatuto o pessoal é dividido em três categorias:

A { Governador de colónia
Pessoal de direcção
Pessoal de funções especiais

B { Pessoal auxiliar
Intérpretes tradutores
Pessoal de funções especiais

C { Pessoal inferior
Intérpretes orais
Pessoal de funções especiais
Pessoal femenino empregado em copiar (quadro transitório)

Para ingressar na carreira de direcção é preciso ser-se diplomado em ciências políticas e administrativas por uma universidade italiana, ou curso equivalente. Deve ainda ter bom procedimento moral, civil e político.

Os candidatos a funcionários auxiliares, têm de ter um certificado de estudos médios, sendo depois submetidos a um concurso.

São obrigados, após o concurso, a frequentar um curso elementar de língua árabe, contabilidade aplicada e administração colonial. A duração deste curso é de seis meses.

O pessoal destinado a desempenhar funções especiais é nomeado pelo ministro, depois de concurso público.

Verifica-se de tudo o que se expôs o interesse que os países colonizadores dedicam ao recrutamento do funcionalismo para as suas colónias.

Quer por meio de estabelecimentos especialmente destinados à sua preparação, quer por prestação de provas especiais, nota-se que há um propósito firme de constituir um corpo escolhido de funcionários, em que as qualidades morais devem estar em seguro equilíbrio com as intelectuais.

Afasta-se por meio duma rigorosa legislação, feita para se cumprir e «não para inglês ver», a possibilidade de se distribuírem cargos nas colónias aos afluídos de todas as espécies, mercê somente deste parentesco.

E por isso esses países crescem e se desenvolvem, merecendo sempre a admiração universal e sem que ninguém lhes possa dizer que vivem quasi exclusivamente do grande nome que os seus lhe legaram e *une grande nation n'est pas une simple expression historique: c'est avant tout l'association de beaucoup de vivants. Quant aux morts illustres, ils sont chez les morts.*

8-5-931



Outro aspecto da catarata do Ruacaná



Trigo da Estação Zootécnica e as dias mais lindas espigas da seara do director da Estação

Um estabelecimento modelar

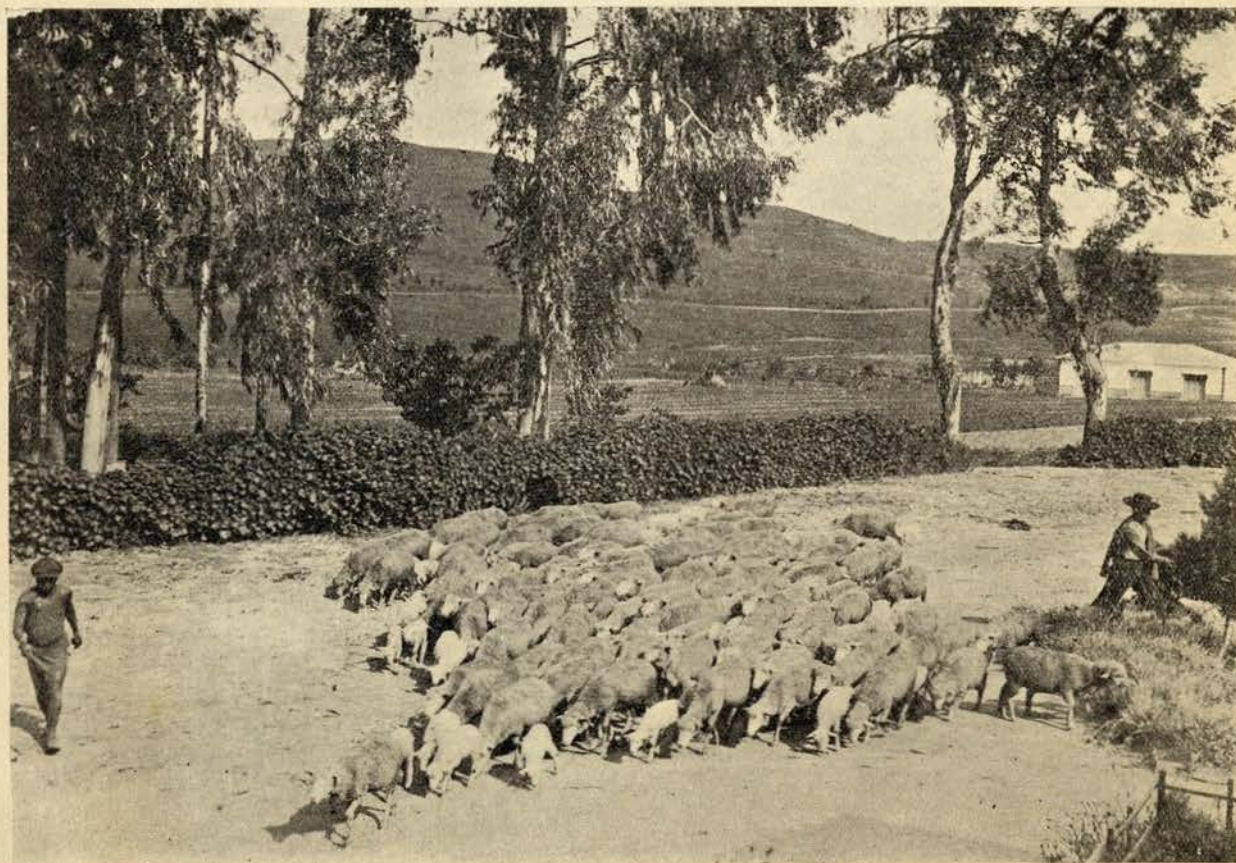
A Estação Zootécnica do Sul

(Humpata)

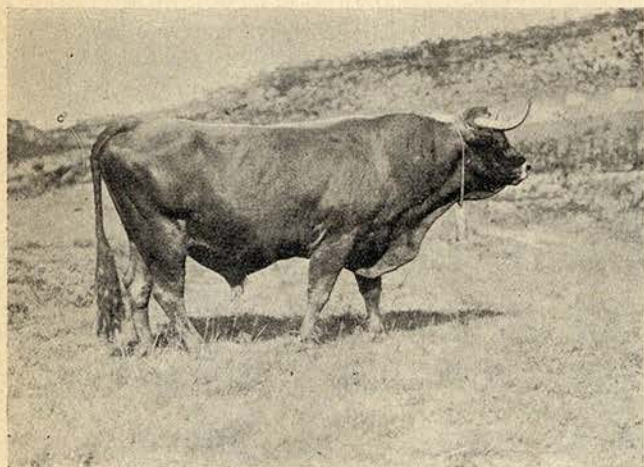
A estação Zootécnica do Sul (Humpata) na colonia de Angola não é hoje desconhecida para ninguém que ás colonias tenha dedicado qualquer interesse. Ocupando-nos hoje desse estabelecimento modelar que honraria a colonia de qualquer grande paiz e cujo esplendor se deve — pode dizer-se exclusivamente — ás excepcionais qualidades do seu director, que temos como o melhor e mais completo funcionario de Angola,

apenas pretendemos registar novas étapes do seu desenvolvimento.

A estação custou ao Estado, até hoje, menos de 3000 contos. Em cinco anos essa importancia terá sido inteiramente rehavida (o que pode considerar-se caso rarissimo na Administração de Angola) ficando o Estado com um Organismo experimental e de propaganda, absolutamente modelar, que realisa com extraordinário



Rebanho de merinos da Estação Zootécnica



Um touro mirandês

poder de expansão, a sua função e que viverá dos próprios recursos. As receitas da Estação que eram em 1923 de 2 contos reis

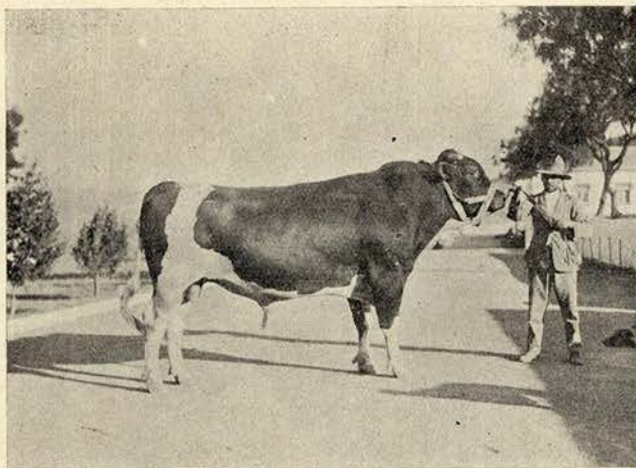
resultados. A terceira geração o produto aparece já revestido de ótima lã, com a vantagem de ser um producto rustico.

A produção de lã das ovelhas da Estação tem-se mantido em qualidade e quantidade absolutamente normais.

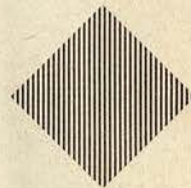
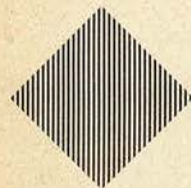
Os trabalhos realizados em lacticínios já permitem concluir que o Planalto reúne todas as condições para a produção de ótima manteiga e queijo. A manteiga da Estação Zootécnica é nitidamente superior á melhor importada de Portugal e do Cabo e o queijo que já se produz segundo um tipo fixado e com formula definida "Queijo Humpata," tem tido um consumo que absorve totalmente toda a produção e a absorverá ainda dentro de mais largos limites. Estão construídos já os aviários, que são mais perfeitos que os melhores de Portugal, e proseguem com animadores resultados as experiências para instalação no planalto das raças bovinas de consumo (tipo charolez) e de trabalho (tipo Mirandez).

Todos estes resultados e a própria instalação da Estação de que as nossas fotografias dão uma ligeira ideia, tem sido alcançados em pouco mais de seis anos, exactamente o periodo durante o qual a direcção da Estação Zootécnica do Sul tem estado confiada ao Dr. Abel Prattas.

Oxalá não suceda como tantas vezes sucede em Portugal e que o Dr. Prattas não tenha senão motivos para se regosijar pela obra que tem realizado e que o seu esforço seja tão bem com-



Um touro turino

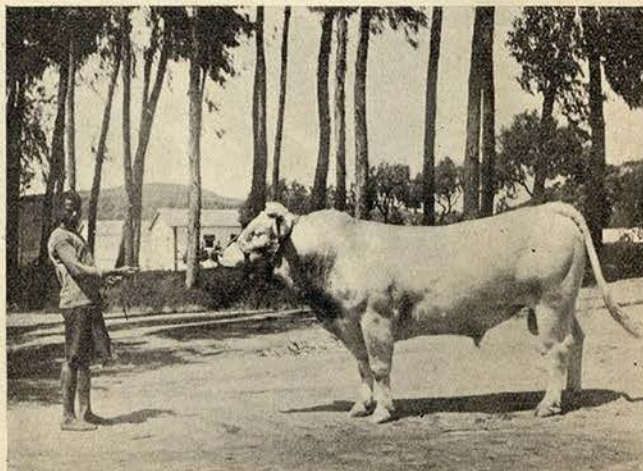


tem seguido uma curva ascendente cujas ordenadas dão 150 contos para 1930 e prevêm 250 para 1931.

Os objectivos essenciaes da Estação — a implantação no Planalto de raças bovinas leiteiras, de trabalho e de consumo e ovinos produtores de lã — pôdem dizer-se atingidos quanto ás raças leiteiras. A estação possui hoje um grupo de 100 vacas, que constitue o melhor nucleo de vacas leiteiras tanto de Portugal como de todas as suas colonias. Por sua influencia e acção, existem já no Planalto numerosos núcleos de vacas leiteiras, umas importadas, outras fornecidas pela própria Estação que dentro dum ano estará apta a fornecer todos os pedidos de fêmeas. Os reproductores vendidos a preços de propaganda, na Estação Zootécnica, foram cerca de 80 machos e 30 fêmeas.

Quanto a ovinos a acção tem sido mais morosa por via das dificuldades de aclimação das raças importadas. Todavia, a Estação possui já um rebanho aclimatado de cerca de 400 cabeças que podem comparar-se, em qualidades étnicas aos melhores rebanhos de Portugal. Ainda este ano são esperados na Humpata dois grupos de reproductores ovinos das raças "Rambouillet," e "Merinus precoce Isle-de-France," para melhorarem os rebanhos da estação. Já foram vendidos cerca de 70 reproductores e no Planalto existem vários rebanhos de ovelhas gentias (tipo persa) em cruzamento de absorção com os carneiros da Estação que deram ótimos

preendido como bem compreendido por ele foi o amor, a dedicação e o entusiasmo com que tem servido a sua função.



Um touro charolês



ANGOLA — O Carnaval dos pretos

A desnacionalização do mercado colonial de tecidos de algodão

NO caso especial de Angola — e começo por esta colónia por ser aquela onde a indústria metropolitana vinha de ocupar um lugar de relevo — a desnacionalização do mercado de tecidos de algodão começa a acentuar-se de uma forma lenta mas persistente a partir de 1923, se bem que até 1926 essa desnacionalização se fôsse acentuando sem dúvidas, mas de forma a que a importação nacional ocupasse, *malgré tout*, o primeiro lugar.

A partir de então o desastre dá-se, galgando as importações estrangeiras de forma assustadora.

Por um lado a dificuldade de conseguir transferências, por outro lado a então insuficiente protecção pautal e, ainda por outro lado, o alheamento da nossa indústria algodoeira em face do perigo eminente, por falta de organização e da maior ainda desorganização do nosso comércio exportador de tecidos, não fornecendo, como o faziam as casas estrangeiras, os mesmos em conta corrente contra pagamento de géneros logo que se iniciou o período da falta quasi total das transferências, tudo isto fez com que o mercado se desnacionalizasse de forma inquietante em 1927.

O comércio nacional alarmou-se com a falta de transferências e antes de mais nada começa por suspender as suas remessas para Angola; o comércio estrangeiro, pelo contrário, ordena aos seus representantes que continuem a fornecer aos clientes bons contra pagamento em conta corrente, com juros não muito elevados, de géneros coloniais. Dir-nos-hão que o comércio estrangeiro pode fazer isso porque beneficia directamente das facilidades de crédito e de em geral representar organizações fortes e podero-

Suas causas - Necessidade imperiosa da sua nacionalização

Pelo Dr. J. DA FONSECA FERREIRA

Licenciado em sciências económicas pela U. T. L.
finalista do curso superior colonial

II

- a) Instalando mostruários para vendas firmes, com embarques directos aos clientes;
- b) Instalando depósitos de mercadorias nas principais praças da Colónia;
- c) Fazendo percorrer Angola por caixeiros viajantes conhecedores da lingua, dos hábitos e necessidades dos compradores e dos indígenas, que compradores indirectos são.

2.º — Na concessão de facilidades, que consistem em tódas estas casas estrangeiras sacarem sobre os seus clientes angolanos a prazos que vão a 60, 90 e até 120 dias de vista — quando quasi tódas as casas exportadoras portuguesas exigiam créditos abertos e pagamentos na Metrópole.

Pelo quadro geral da importação de tecidos de algodão, em Angola, nos últimos anos, se verá melhor o seu desenvolvimento:

sas pelo seu elevado capital; mas porque é que o nosso comércio exportador colonial não adopta a cartelização como primeiro passo para combater essa concorrência, auxiliado, como o é, pelo favor pautal?

Porque não seguem os industriais de tecidos o caminho que, patrioticamente, estão seguindo os industriais do norte com a Algodoeira Colonial?

As razões principais do progresso do comércio estrangeiro em Angola estão nos factos seguintes:

1.º — Na instalação, em Lisboa, e na Colónia, de escritórios que, na Metrópole e lá, vendem todos os artigos, tódas as novidades adequadas ao mercado, directamente às casas comerciais coloniais, por vários processos, a saber:

QUALIDADE	ANOS							
	1923	19.4	1925	1926	1927	1928	1929	1930
						(a)		
Algodão cru... { Nacional... Estrangeiro... Total.....	2.900.272\$00 913.873\$00 3.814.145\$00	4.831.518\$00 1.201.888\$00 6.033.406\$00	6.519.849\$00 2.811.130\$00 9.380.979\$00	3.342.182\$00 2.447.072\$00 5.789.254\$00	2.774.117\$00 4.440.216\$00 7.214.332\$00	9.995.344\$00	—	—
Idem em obra. { Nacional... Estrangeiro... Total.....	155.334\$00 65.108\$00 220.442\$00	132.758\$00 27.602\$00 160.360\$00	30.158\$00 19.001\$00 49.159\$00	9.410\$00 3.860\$00 13.270\$00	1.922\$00 8.890\$00 10.862\$00	567.755\$00	—	—
Branqueado... { Nacional... Estrangeiro... Total.....	2.888.919\$00 1.674.880\$00 4.563.399\$00	1.357.897\$00 1.528.856\$00 2.886.753\$00	889.886\$00 1.388.020\$00 2.277.906\$00	426.688\$00 1.341.337\$00 1.768.025\$00	437.039\$00 2.026.116\$00 2.463.155\$00	3.029.335\$00	—	—
Idem em obra. { Nacional... Estrangeiro... Total.....	1.206.814\$00 425.038\$00 1.631.852\$00	1.062.624\$00 637.613\$00 1.699.737\$00	1.104.043\$00 559.186\$00 1.673.229\$00	448.739\$00 851.451\$00 1.300.190\$00	604.927\$00 1.218.879\$00 1.823.806\$00	702.990\$00	—	—
Algodão tinto. { Nacional... Estrangeiro... Total.....	19.017.104\$00 7.512.771\$00 26.529.865\$00	25.243.956\$00 7.626.071\$00 32.870.027\$00	23.939.930\$00 11.909.728\$00 35.879.658\$00	13.351.055\$00 9.891.221\$00 23.242.276\$00	15.719.018\$00 14.911.840\$00 30.630.858\$00	31.631.175\$00	—	—
Idem em obra. { Nacional... Estrangeiro... Total.....	7.746.879\$00 3.549.279\$00 11.296.158\$00	8.468.044\$00 3.445.943\$00 11.913.987\$00	10.110.905\$00 4.348.000\$00 14.458.905\$00	5.477.395\$00 6.522.667\$00 12.000.062\$00	5.941.195\$00 9.107.016\$00 15.048.211\$00	9.361.174\$00	—	—
Estampado em { Nacional... peça..... { Estrangeiro... Total.....	4.232.601\$00 491.030\$00 4.723.631\$00	2.218.373\$00 1.266.590\$00 3.484.963\$00	4.252.743\$00 5.365.271\$00 9.618.614\$00	3.091.162\$00 2.864.095\$00 5.955.257\$00	1.629.239\$00 3.809.883\$00 5.439.132\$00	9.357.374\$00	—	—
Idem em obra. { Nacional... Estrangeiro... Total.....	180.001\$00 82.253\$00 262.254\$00	64.474\$00 211.343\$00 275.817\$00	227.510\$00 87.162\$00 314.672\$00	130.950\$00 43.381\$00 164.331\$00	24.568\$00 5.061\$00 29.629\$00	35.935\$00	—	—
Importação to- { Nacional... tal geral... { Estrangeiro... TOTAL.....	38.327.924\$00 14.714.232\$00 53.042.156\$00	43.379.644\$00 15.945.906\$00 59.325.550\$00	47.125.024\$00 26.487.498\$00 73.612.532\$00	26.277.581\$00 23.965.084\$00 50.242.665\$00	27.112.095\$00 35.527.900\$00 62.639.995\$00	24.818.674\$00 45.040.969\$00 69.859.643\$00	—	(a) 13.502.116\$00 25.816.192\$00

Nota—(a) Número que representa o total da nossa exportação de tecidos de algodão para Angola neste ano, mas que, praticamente, na estatística comercial de importação da Colónia referente a esse mesmo ano deverá ser representada por um número maior.

Valores em escudos—(b)—Valores incompletos.

É interessante constatar que o aumento notado nas importações de tecidos estrangeiros a partir de 1923 coincide com o aparecimento progressivo de novas casas estrangeiras vendedoras do artigo, na colónia, como se constata da relação a seguir:

1922

Woermann Brock & C.^a
Heinrich G. Oppermann K. G.

1923

Jacob Nhann
Piel e Fieling
M. G. Lange
Zuid Afrikaansch Handelshuis N. V.
Hermann Bartenbach

1924

Kronheimer
Stubem & C.^a
Haberer & C.^a
Rosemberg & C.^a

1926

Herz e Shaberg
Luiz Goldsmith
Leppold Gartner
Casa Americana, Lemitada
Robert Hudsons & Sons, Im.
Casa Belga
Printemps, de Paris, etc.

Por esta incompleta relação se verifica que à medida que o comércio nacional se ia desnacionalizando o comércio estrangeiro tomava um desenvolvimento notável pelo aparecimento de novas casas com escritórios em Luanda e nas principais praças, principalmente alemães.

O que faziam entretanto o comércio e a indústria nacional?

Como correspondia a indústria nacional a esta actividade bem organizada? A contrapor a, pouco mais ou menos, 20 casas estrangeiras que em Angola tratam pessoalmente a clientela, que a passeiam de automóvel, que cuidam saber dia a dia das suas necessidades de compra, quantas casas portuguesas lhes seguiram o exemplo? Uma apenas: a Algodoeira Colonial, embora um pouco tarde e já quando a crise económica mundial estava provocando a queda das cotações dos géneros coloniais, isto é, já quando a colónia se debatia com a crise económica que presentemente lhe deminui de forma notável o poder de compra, como claramente nos demonstram os números representativos da importação de tecidos de algodão em 1930. Apesar de tudo é de louvar semelhante procedimento da parte dos industriais que fazem parte da Algodoeira e oxalá elle se mantenha e seja seguido por outros, com o que muito lucrará a economia nacional. Até hoje, que se saiba, mais ninguém lhe seguiu o exemplo, o que é pena pois é a única forma certa de se conseguir expulsar em grande parte a concorrência estrangeira, pois que o favor pautal já existe na colónia pelas pautas de 1928, sendo o seguinte:—

Algodão cru em peça	{ Nacional .. 13 0/0	} ad valorum
	{ Estrangeiro 27 0/0	
Algodão branqueado, finto e estamp. em peça	{ Nacional .. 13 0/0	}
	{ Estrangeiro 27 0/0	
Não especificado....	{ Nacional .. 16 0/0	}
	{ Estrangeiro 40 0/0	

Ignoramos a importação de tecidos nacionais, em Angola, durante o ano de 1929, para poder apreciar com rigor se a nova tributação pautal contribuiu para o aumento dessa importação; conhecemos, no entanto, os números referentes à importação geral dos primeiros semestres de 1929 e de 1930:

	1929	1930
Nacional.....	62.039 contos	52.733 contos
Estrangeiro.....	93.238 "	81.843 "
Total.....	155.277 "	134.576 "

Percentagem a favor do comércio Nacional em 1929 40 %
e em 1930 39 %.

Por estes números se verifica que apesar das novas pautas o comércio Nacional continua a perder terreno, o mesmo se devendo ter dado, embora em percentagem menor, em 1929, no respeitante a tecidos. Em 1930, porém, a fraca importação total de tecidos de algodão deve corresponder uma maior percentagem ao comércio nacional, o que desde já podemos concluir pelo que a metrópole para lá exportou, ou sejam 13.502.116\$00 escudos, tendo a colónia neste mesmo ano importado apenas 25.816.192\$00 o que dá a favor do comércio nacional uma percentagem superior a 50 %. Isto quanto aos tecidos, porque na importação geral não se deve ter notado melhoria sensível, antes pelo contrário, se nos lembrarmos que a percentagem no primeiro semestre a favor do comércio nacional foi apenas de 39 %, inferior portanto à de 1929. As casas estrangeiras estabelecidas em Angola, regra geral, são entidades exportadoras com ligações com fábricas o que lhes permite fazer preços de concorrência. As casas exportadoras portuguesas, à parte a excepção honrosa que já referi, lemitam-se a vender no continente, uma ou outra envia de vez em quando um viajante às colónias com os seus mostruários. Esse viajante faz grandes despesas e, como na maioria dos casos, não pode vender aos melhores clientes, que já estão sortidos pelos seus fornecedores habituais que são, em regra, as casas estrangeiras já citadas, precisa de qualquer maneira demonstrar que trabalha e passa a vender a clientes que não são dos melhores, que não pagam ou pagam mal, e a pequenos comerciantes do interior que não têm capacidade para importarem e que, na maior parte, são fornecidos por casas de Luanda ou da capital do seu *hinterland*. Assim se têm feito más vendas, assim as casas exportadoras portuguesas sofrem prejuízos que se vão reflectir, por vezes, nos próprios fabricantes.

Como já notamos, desde 1920 — no espaço de dez anos — nenhuma casa exportadora se foi instalar em Angola para acompanhar e combater a actividade da concorrência estrangeira (à parte a Algodoeira Colonial, L.m.^a em 1929), servindo assim de ponte de passagem aos tecidos da indústria nacional.

Como já também referimos o poder de compra diminuiu pelos motivos que também já expusemos e que se verifica cabalmente pelos números referentes aos primeiros semestres, dos últimos três anos, da importação dos tecidos na colónia:

1928 1929 1930
29.883 contos 32.570 contos 17.596 contos

É precisamente porque o mercado compra agora pouco é que é forçoso disputar à concorrência esse pouco. Bom será que de uma vez para sempre os industriais se convençam que é necessário marchar directamente ao mercado e conquistá-lo para Portugal.

Vimos já qual era a situação em Angola. Referiremos agora o que se passa em Moçambique, essa Colónia onde a desnacionalização do comércio nacional é, há alguns anos já, um facto alarmante para a economia nacional e onde é absolutamente preciso que o comércio nacional recupere o lugar que por direito próprio lhe pertence e que nunca deveria ter perdido, se em Portugal todos tivéssemos a noção consciente de que as Colónias para mais alguma coisa devem servir do que para reliquias dum passado brilhante. São ainda as estatísticas — e em Moçambique estes serviços estão melhor montados que em outra qualquer colónia portuguesa — que nos dizem qual tem sido a importação de tecidos de algodão nos territórios directamente administrados pelo Estado: (*Valores em escudos — ouro*).

QUALIDADE	ANOS					
	1926	1927	1928	1929	1930	
Algodão cru ou branqueado.....	Nacional	22.180\$00	17.349\$00	23.314\$00	26.175\$00	—
	Estrangeiro	490.535\$00	419.684\$00	328.148\$00	303.402\$00	—
	Total	512.715\$00	437.033\$00	351.462\$00	329.577\$00	—
Idem em obra.....	Nacional	5.925\$00	10.268\$00	7.354\$00	7.379\$00	—
	Estrangeiro	83.506\$00	82.235\$00	73.175\$00	91.368\$00	—
	Total	88.431\$00	92.503\$00	80.529\$00	98.747\$00	—
Algodão tinto ou estampado.....	Nacional	125.318\$00	158.789\$00	145.928\$00	204.892\$00	—
	Estrangeiro	1.465.632\$10	1.649.444\$00	1.723.615\$00	1.842.605\$00	—
	Total	1.590.950\$10	1.808.233\$00	1.869.543\$00	2.047.497\$00	—
Idem em obra.....	Nacional	17.654\$00	24.692\$00	39.917\$00	45.786\$00	—
	Estrangeiro	237.794\$00	299.042\$00	476.432\$00	618.474\$00	—
	Total	255.448\$00	323.734\$00	516.349\$00	664.260\$00	—
Algodão não especificado, cobertores.....	Nacional	6.308\$00	13.078\$00	19.760\$00	13.353\$00	—
	Estrangeiro	80.801\$00	147.486\$00	94.066\$00	139.992\$00	—
	Total	87.109\$00	160.564\$00	113.826\$00	153.345\$00	—
Brins, brinzões, grossarias e lonas.....	Nacional	1.101\$00	2.396\$00	1.488\$00	994\$00	—
	Estrangeiro	31.657\$00	23.036\$00	34.200\$00	88.889\$00	—
	Total	32.758\$00	25.432\$00	35.688\$00	89.883\$00	—
Importação total geral.....	Nacional	178.486\$00	226.572\$00	237.761\$00	298.579\$00	(a) 237.136\$00
	Estrangeiro	2.389.925\$00	2.620.927\$00	2.729.636\$00	3.048.729\$00	—
	Total	2.568.411\$00	2.847.499\$00	2.967.397\$00	3.383.308\$00	—

(a) Número representativo do valor em escudos-ouro da exportação de tecidos de algodão da Metrópole para esta colónia durante este ano. Na estatística comercial de importação de Moçambique deverá essa importação ser representada por um número maior.

A notar, pelo estudo deste quadro, a marcha regressiva de *caranguejo* nas importações de tecidos nacionais a contrastar com o grande desenvolvimento do comércio estrangeiro do mesmo artigo.

Será porque na Colónia não existe uma protecção definida a favor do comércio nacional?

Melhor que nós responde a esta pergunta o industrial do norte do país Sr. Manuel Caetano de Oliveira, no seu patriótico relatório sobre a visita que fez às nossas colónias, apresentado aos seus sócios e que mãos amigas nos fizeram chegar às mãos. Diz, com efeito

Sua Ex.^a a páginas 82 e 83: «É curioso notar que tendo a indústria nacional uma protecção pautal de cerca de 85 % na Colónia de Moçambique, seja justamente nesta colónia que a importação dos tecidos nacionais não vá além de 4 % em relação à importação dos tecidos estrangeiros, enquanto que em S. Tomé e Angola, cujo benefício em direitos em favor dos tecidos nacionais, é só de 40 %, a importação dos tecidos em cada uma destas colónias é, respectivamente, de 60 % e 35 % do total da importação como se pode verificar dos mapas N.^{os} 6 e 7».

Mais abaixo aponta ainda Sua Ex.^a o remédio a aplicar ao mal e que vale a pena transcrever por ser opinião autorizada e também por que vem ao encontro da nossa maneira de ver: «*Quer isto dizer, como já algumas vezes o temos afirmado, que não é só bastante um maior benefício de direitos para abrir com mais largueza o mercado das nossas colónias, à colocação dos tecidos nacionais mas, sim, uma melhor atenção dos industriais portugueses estudando o que nesses mercados se consome, verificando e acompanhando os comerciantes estrangeiros na maneira como eles se organizam e apresentam, conseguindo dominar esses mercados com os seus tecidos, apesar da diferença a mais de direitos que estes pagam.*»

É esta boa doutrina, e oxalá ela seja seguida por todos os industriais de tecidos, como já tem sido seguida ultimamente por alguns. O mercado colonial de tecidos de algodão é susceptível de um enorme aumento do poder de aquisição se, por uma bem orientada política indígena, as autoridades administrativas levarem os indígenas de ambos os sexos a serem menos simplórios na sua indumentária, de forma a levá-los a reconhecer a necessidade de utilizarem os tecidos de algodão em maior escala no seu vestuário, o que não será difícil de conseguir à medida que eles se forem civilizando.

Terão assim os nossos industriais um grande mercado à sua disposição se, inteligentemente, de harmonia com a opinião que acima transcrevemos, o souberem aproveitar e se, finalmente, os nossos governos coloniais forem, sobretudo, governados por cabeças — na opinião autorizada de Paiva Couceiro, no caso especial de Angola, mas que bem pode estender-se a tôdas as nossas colónias — essencialmente económicas.

As importações de tecidos nacionais nas outras colónias portuguesas é variável. Assim, em Cabo Verde, onde o diferencial a favor dos tecidos nacionais é apenas de 6,5 %, o consumo dos tecidos nacionais é de 20 % em relação aos estrangeiros. Torna-se necessário, nesta colónia, uma maior protecção a favor da nossa indústria e oxalá ela seja quanto antes decretada por quem de direito. Na Guiné a percentagem a favor dos nossos tecidos era a mesma, embora a protecção pautal seja de cerca de 70 %. Aqui contribui para isso o abandono do mercado por parte dos nossos industriais e comerciantes exportadores. Terá o mercado mantido a mesma percentagem baixa na importação dos tecidos nacionais? Temos elementos para supôr que os tecidos nacionais, embora lentamente conquistem terreno, como se conclue das importações de tecidos, na colónia, no 1.º semestre de 1930:

Nacional. 38.868 quilos no valor de 1.304.750\$00
Estrangeiro. . . 113.253 quilos no valor de 3.039.671\$00

o que já nos dá uma percentagem superior a 20 % a favor do comércio nacional.

Nos territórios da Companhia de Moçambique, cuja importação é importante e nos quais a desnacionalização do comércio de tecidos é um facto, em 1.505 toneladas importadas em 1928 somente 9 foram de tecidos nacionais, é forçoso que o govêrno metropolitano intervenha e force a Companhia a dar uma maior protecção pautal ao comércio nacional.

Para concluir-mos — o artigo vai longo e a paciência dos nossos leitores esgota-se — vamos enunciar algumas formas de organização, que nos parecem as mais próprias para a indústria e o comércio nacional *reconquistar* em os mercados coloniais de tecidos à concorrência estrangeira, não me referindo aqui ao favor pautal por ser função que compete aos respectivos governos.

Forma de organizar as vendas:

I Negócio feito directamente no mercado, com pessoal próprio ou em nome de uma empresa organizada representando um número determinado de fábricas. (Processo usado pela *Algodoeira Colonial, Limitada*).

Inconvenientes dêste processo:

a) É uma organização cara, sobrecarregada com rendas de casa, contribuições, empregados, demasiados encargos para uma venda limitada;

b) Os depósitos abertos ao público trazem como consequência o perigo, para não dizer a certeza, da má vontade dos importadores. Não é possível deixar de vender a pequenos compradores que trazem o dinheiro na mão, e que em geral, devem aos seus habituais fornecedores, os quais devem ser os clientes preferidos.

Conclusão: A adaptação a este processo é bastante cara a ajuntar, por vezes, as vendas mal feitas por empregados inexperientes, desconhecedores do mercado;

II *Instalação de um depósito ou depósitos em casa comercial de confiança ou em várias casas, que vendessem à comissão e se responsabilizassem pelos pagamentos.* Este processo daria bastante sossego, se fosse fácil encontrar uma casa ou casas que obedecessem a esta dualidade: serem de confiança e saberem trabalhar com tecidos. Regra geral, as casas que nas colónias trabalham em tecidos são clientes e quasi sempre um cliente nunca pode ser um especializado em condições para procurar vender a outros clientes. Quando muito pode passar a ser um cliente maior;

III *Negócio tratado por viagens periódicas.* Seguido por várias casas exportadoras que têm sofrido grandes prejuizos em África. Se as viagens dos caixeiros viajantes são anuais, o sistema torna-se muito mais caro e o negócio não resulta. Se as viagens são distanciadadas o viajante — o mesmo se pode dizer do exportador — não acompanha a evolução do mercado, não conhece a situação financeira dos clientes, encontra regra geral os melhores logares tomados, e termina por fazer vendas ruinosas.

IV — *Negócio feito por intermédio de representante de confiança a quem se confiarão mostruários completos do artigo; a venda por amostra, o embarque feito directamente aos clientes e a cobrança dos respectivos saques feita por intermédio dos Bancos.*

O problema reside pois na escolha desse representante, com sufficiente pratica e ao mesmo tempo com conhecida honestidade de processos. Os estrangeiros, que destas coisas tem sempre uma noção pratica, afirmam que é preferível vender em África directamente aos clientes porque os africanistas têm mais dinheiro ou generos para pagar e que alem disso esses mesmos clientes estão adoptando o sistema de não comprarem mais na metropole por intermédio dos seus escritórios ou comprarão menos para evitar as despesas ocasionadas por eles e alem disso para evitarem que os socios permaneçam mais tempo em Portugal com a desculpa que estão a tratar dos negocios. A permissa não deixa de ser curiosa e talvez, por vezes, verdadeira.

Finalmente, para terminar, concluímos:

a) Durante estes ultimos dez anos o mercado colonial de tecidos de algodão, têm sido trabalhados por grande numero de casas, escritorios e viajantes estrangeiros, que vendem a mercadoria por meio de *stocks* e por amostras aos preços de origem, sacando sobre o cliente colonial a prazos longos;

b) Como consequencia o comercio local colonial escolhe em África as mercadorias de que necessita, levando as casas que tem a sua sede em Portugal a fazer o mesmo para poderem competir;

c) O comercio exportador português não tem contrabalançado a acção destes agentes e viajantes estrangeiros, instalando-se nas colónias ou nomeando lá os seus representantes, daí a perda dos mercados coloniais, inclusivé o de Angola. (Exceptuando-se a Algodoeira Colonial, Limitada, a unica até hoje existente nas colónias).

d) Na defeza dos seus interesses e do interesse da própria economia Nacional, os industriais portugueses deverão escolher uma das formas apresentadas de venda — a que considerarem evidentemente mais conveniente aos seus legítimos interesses — tendo como finalidade o falicitar ao comercio local colonial a aquisição das mercadorias. Dia a dia estarão assim informados do que nas colónias se gasta, do que os clientes precisam, farão melhor as suas ofertas e terão assim conquistado com honra para o comercio nacional os mercados coloniais de tecidos.

QUALIDADES	1929		1930		1931	
	Quantidade	Valores	Quantidade	Valores	Quantidade	Valores
Tecidos crus	55.030	1.037.617\$00	15.213	252.264\$00	9.760	151.333\$00
Idem, tintos e estampados	257.769	6.611.047\$00	232.206	5.189.617\$00	125.691	2.368.921\$00
Outros tecidos	25.689	689.523\$00	13.066	357.214\$00	7.714	122.917\$00
Tecidos em obra	44.303	1.265.724\$00	29.211	1.050.600\$00	8.380	287.869\$00
Total geral por trimestre	382.791	9.603.911\$00	289.696	6.849.695\$00	151.545	2.933.040\$00

Observação: quantidade em quilos; valores em escudos

Exposição Colonial Internacional

A Quinzena nacional da politica económica e financeira

O Commissariado Geral da Exposição Colonial de Paris confiou a um Comité Geral de Organização a missão de coordenar os trabalhos dos diferentes Congressos relativos à politica económica e financeira da França metropolitana e colonial, que vão realizar-se por ocasião da Exposição Colonial.

Os Congressos que se efectuarão durante a 1.^a quinzena de julho no próprio local da Exposição compreendem duas semanas de trabalhos. Na primeira teem como objectivo o estabelecimento dum programa de politica comercial em que são formuladas:

1.^o — As regras do regime aduaneiro suscetíveis de assegurar a prosperidade solidária da Metrópole e das Colónias.

2.^o — Os métodos de formento da produção colonial necessário e útil à Metrópole.

3.^o — As medidas a adotar para reservar à Metrópole os mercados coloniais que o contrabando alfandegário ameaça de lhe fechar e para intensificar a exportação dos productos metropolitânos nas Colónias.

4.^o — As grandes linhas dum plano de difusão dos productos coloniais em França, no estrangeiro e nas próprias Colónias.

5.^o — As condições de melhoramentos das trocas entre as Colónias e Metrópole, tanto sob o ponto de vista dos contractos de compra e venda, como sob o ponto de vista dos transportes.

6.^o — A criação e a distribuição dos créditos destinados a financiar as empresas de produção e de venda dos productos coloniais e de fabrico francês.

A segunda semana será consagrada aos problemas de valorização do dominio colonial. Intitulada «Semana do Apetrechamento Colonial e das Comunicações» estudarã o plano:

1.^o — Da rede marítima necessária para dar ao Comércio e às Companhias de Navegação as melhores condições de frete.

2.^o — Dos trabalhos a executar nas Colónias em portos, Caminhos de Ferro e Estradas.

3.^o — Das possibilidades e das necessidades de electrificação das nossas possessões.

4.^o — Duma organização de apetrechamento mineiro e das empresas de produção.

5.^o — Duma adaptação da mão de obra indígena, não só às especializações das produções agrícolas e industriais como também ao emprego das máquinas e aparelhos mecanicos.

É cotume dizer-se que os Congressos apenas servem para se comerem bons jantares e se fazer alegre turismo. É possível. Mas o que é verdade é que mesmo na sua expressão verbal, a única que ainda pode ter, este programa os trabalhos, assim conciso e simples é todo um grande programa dum grande país colonial.

E como à França não faltam valores e as suas hierarquias mentais e tecnicas estão escalonadas para produzir, é de prever que, realmente, outros Congressos mais alguma coisa saia do que boas digestões de alegres comensais.

PATRIOTISMO

Chegou ao Tejo, a bordo dum paquete estrangeiro, no mesmo dia em que o paquete português «Quanza» chegava também a Lisboa, vindo do Rio de Janeiro, o embaixador de Portugal no Brasil sr. dr. Duarte Leite.

Casos semelhantes dão-se todos os dias. Enquanto os portugueses anónimos da nossa numerosissima Colónia no Brasil preferem os navios portugueses e fazem todo o possível por viajar neles os funcionários do Estado, grandes e pequenos funcionários, sistematicamente, viajam só nos paquetes estrangeiros.

Há pouco tempo citava-se o caso dum diplomata francês que preferiu um navio de carga do seu país a um magnifico paquete inglês, para regressar a França.

O «Quanza» não é um navio de carga — mas o nosso patriotismo, em geral, não se manifesta senão por gritos ou por palavras.

PORTUGAL COLONIAL

Uma entrevista com João de Almeida sobre Angola

(Conclusão da página 6)

luções e aspectos tão diferentes que a centralização tendendo a uniformisar não pode prever nem respeitar essas diferenças.

— Nesse caso o Governador Geral...

— Deixará de passar o melhor do seu tempo a revolver papeis e a consumir-se numa acção negativa para ser um orientador de todos, um animador pronto e oportuno, um fiscal rigoroso e presente.

— Como V. Ex.^a sabe em Angola existe hoje um problema de ordem, de baixa politica.

— Tem-se-lhe ligado importância demasiada, tem-se alimentado essa questão. No fundo são tudo movimentos irrequietos de ociosos ou indesejáveis. No dia em que os Governadores deixarem de ser centros de intrigas e se alhearem dos partidos, dos grupos e dos *clans* vários que da intriga e da ociosidade se alimentam, para fazerem apenas uma politica nacional, tudo isso morre de fome. Creio mesmo que muitas dessas pessoas irrequietas serão optimos elementos se lhe derem mais que fazer e lhe deixarem menos tempo, para beber cerveja e tagarelar nos cafés de Loanda. Repito: tem-se dado a essa questão uma importância exagerada.

Quando em Angola se começar a trabalhar no trabalho duro e honroso, activo e anti-burocrático que Angola exige não há problemas de ordem porque ninguem terá tempo nem disposição para fazer desordens.

História do Nosso Tempo

(Acção e obra de João de Almeida)

1904-1910

POR

HENRIQUE GALVÃO

Foi ontem posto à venda em tôdas as livrarias

DEPOSITÁRIO

A. M. TEIXEIRA & FILHOS

LIVREIROS EDITORES

PRAÇA DOS RESTAURADORES, 17 — LISBOA

DA IMPRENSA

IMPRENSA
ESTRAN-
GEIRA

TRANS

O senador Cyr. Van Overberg, no notável relatório que redigiu para a Comissão Colonial do Senado sobre o orçamento do Ministério das Colónias para o exercício de 1931, estuda a questão da estatística comercial do Congo. Faz suas as observações que o professor Bandhuin publica na sua obra "A Bélgica depois do Centenário", capítulo III, intitulado o Comercio Colonial.

A Comissão perguntou ao Governo, se ele admitia, finalmente, os calculos do sábio economista, ou, se ele os rejeitava, se estava na disposição de explicar cabalmente a sua attitude.

O Governo respondeu:—Os numeros citados por M. Bandhuin são exactos se os collocarmos exclusivamente debaixo do ponto de vista Commercial. Porém os valores anotados na estatística do comercio exterior do Congo Belga — que é uma estatística aduaneira — são valores fiscaes. Os valores verificados para os productos de exportação são os que servem de base á cobrança dos direitos de exportação; são fixados por meio duma Portaria do Governador Geral. Afim de evitar toda a confusão, de futuro, a estatística do Comercio exterior do Congo Belga, será acompanhada de uma nota explicativa respeitante a este aspecto da questão.

O relator conclue: «Resulta especialmente desta nota que a balança comercial verdadeira da Colónia deve ser retificada. Em vez de ser desfavoravel, deve ser favoravel».

Examinemos esta questão mais profundamente. O professor Bandhuin escreveu: "que os valores dos productos de exportação devem ser os dos mercados europeus diminuidos das despesas suportadas desde o porto de embarque ou desde a fronteira Congoleza..."

Deduz tambem as despesas de correlogem, armazenagem e perdas de peso ou outras. A acrescentar, sobretudo antes de 1929, que metade da exportação total era feita através da costa Oriental (Beira e Dar-es-Salam) e neste caso o transporte deve ser contado não a partir de Matadi mas sim a partir de Sakania e de Albertville. Mas não nos entredemos nos detalhes — onde ele teria — de fazer muitas redefinições.

Este é o principio enunciado pelo professor Bandhuin e repetido pelo senador C. Van Overberg que não é exacto.

Certamente, M. Bandhuin obteve os numeros que representam pouco mais ou menos o valor dos productos de exportação no momento em que transpunham a fronteira.

O Governo, por seu lado, publicou os numeros empiricos que servem para a alfandega estabelecer o pagamento dos direitos de saída: *ad Valorum*. E' tudo o que nos é dado pelas informações e pelas estatísticas, mas estes numeros podem servir para estabelecer a balança economica da Colonia? De modo algum.

Nos paizes de população europeia fixa, pode-se incluir a totalidade do valor das exportações na balança economica, alem dos salários pagos no paiz e dos preços *de revient*, dos beneficios realizados que trazem como consequencia o aumento da riqueza publica.

O Congo tem uma economia muito diferente que se não pôde comparar á da Bélgica nem á dos outros paizes de população estavel.

O Congo é uma Colonia de exploração, isto é, ele não aproveita de maneira nenhuma totalmente o valor dos productos exportados porque os beneficios realizados á custa desses productos não ficam no Congo afim de aumentarem a riqueza publica. Alem disso, a maior parte dos europeus estabelecidos no Congo pouco tempo ali permanecem, o fim deles não é instalarem-se definitivamente na Colonia, mas sim derigir os negocios, realizar economias, para transferir para a mãe patria.

Nós não podemos pois de modo algum contar — como o faz M. Bandhuin — com a totalidade do valor dos productos exportados como adquiridos pela economia Congoleza e para uso economico do Congo. As economias Congoleza e Belga são nitidamente separadas.

A Bélgica valorisa e explora a colonia para maior bem do Congo, mas tambem da Metropole. Pela balança economica nós não devemos, de facto, entender senão o que tem sido despendido na Colonia para produzir e transportar os artigos de exportação até ao porto de embarque ao até á fronteira, isto é o preço *de revient*. Este preço de custo deve aliás ser deminuido das economias realizadas pelos productores europeus e transferidos para a Bélgica.

De 1927 a 1930, as sociedades Congolezas distribuíram uma média de 200 a 300 milhões de devendo por ano. Há a juntar as despesas de Administração na Bélgica. Alem disso, os 10.000 Belgas transferem pelo menos 200 millions de francos por ano Via Bruxelas (Ver M. Bandhuin, *la Belgique après le Centenaire*). Finalmente, as encomendas dos productos destinados á importação Congoleza deixam na Bélgica, em salários e economias, somas consideráveis. Considerando-se sómente os lucros, pode-se concluir que a fortuna publica belga aumenta anualmente de 500 a 600 millions de francos.

O Congo encontra-se em relação á exportação na mesma situação da Irlanda no século XIX, no tempo em que as rendas pagas pelos camponeses irlandezes aos *landlords* eram completamente gastas fóra do paiz. A economia Congoleza é por conseguinte delicada e frágil.

Felizmente os grandes trabalhos: Caminhos de ferros, portos, estradas, etc. e o investimento de capitais no comercio, na industria e nas empresas mineiras corrigem em grande parte a enorme exportação das economias feitas no Congo. Anualmente o aparecimento de novos negocios, a descoberta de minas, a construção de Caminhos de ferro e de estradas fazem voltar em boa hora as somas que tinham sido drenadas para fóra da colonia. E' devido a estes factos que a situação economica se pode manter.

O programa dos grandes trabalhos finda, o investimento de novos capitais é suspenso... O Congo poderá assim aumentar a riqueza publica da Bélgica, sem contra-partida?

Vêmos portanto que a balança economica verdadeira do Congo não é inteiramente favoravel. As exportações não devem ser compreendidas pelo seu valor total, nem pelo seu valor fiscal, mas simplesmente *au prix de revient* deminuido duma soma representando 30 a 40% do custo da mão d'obra branca incluída; isto quer dizer que é preciso abater ao valor do producto as economias exportadas.

Evidentemente que hoje as economias são nulas nos negocios comerciais e de plantação; o preço de custo avizinha-se do valor de realização.

Pelos diferentes calculos feitos por M. Bandhuin no capitulo referente ao Congo — *La Belgique après le Centenaire* — é preciso reduzir os valores *au prix de revient* e reduzi-los tambem dum numero representativo do numero de empregados europeus multiplicado por 20.000 francos do valor de realização do cobre, por exemplo, é preciso abater os beneficios distribuidos, as reservas e despesas de Administração e a transferencia das economias do pessoal.

Exemplo: O relatório da União Mineira para 1928 acusa um rendimento bruto de 396 milhões de francos, os 2.124 empregados europeus transferiram para a Bélgica mensalmente 42 milhões, ou seja um total de 440 milhões a deduzir do valor dado por M.

(Conclue na pág. 24)

PORTUGAL COLONIAL

COLONIAL

CREVE-SE

IMPRENSA
PORTU-
GUESA

Foi agora distribuido o relatório do delegado da colonia de Moçambique à Exposição Ibero-americana de Sevilha, onde se encontra, depois das considerações que entendeu fazer sobre a sua missão, um estudo acerca da introdução de productos coloniais na Espanha. Depois de afirmar que "estão suspensas as relações comerciais com a Espanha e os beneficios economicos da participação em Sevilha, até Portugal acordar..." comenta:

«A oportunidade da participação da Colónia na Exposição Ibero-Americana de Sevilha sugere várias considerações sobre o mercado que a Espanha pode oferecer às nossas matérias primas. Com efeito, este país, quasi desprovido de possessões ultramarinas que lhe forneçam muitos dos artigos necessários à sua vida normal, vai atravessando uma fase activa de rejuvenescimento económico. A situação privilegiada que usufruiu à sombra da sua neutralidade durante a Grande Guerra permitiu-lhe pela acumulação de capitais acelerar o seu desenvolvimento económico e criar certa prosperidade. E' de esperar que esta marcha não venha a ser entravada e o visinho de vinte e dois milhões de habitantes já adquira uma capacidade de compra muito maior do que a actual pela melhoria de condições materiais internas, progresso industrial e aumento da população fixada no seu território. Em todo o caso, presentemente, as importações de productos coloniais atingem cifras de consideração.

Moçambique tem de procurar no estrangeiro colocação para a grande parte da sua produção, e não é de crer que em futuro próximo a Metrópole possa absorver e consumir, ou transformar, as dezenas de milhares de toneladas de oleaginosas, sızal, açúcar, milho, etc., da sua contribuição sempre crescente para os mercados mundiais.

Tem-se tambem procurado nos últimos anos chegar a benefícios entendimentos entre os dois países peninsulares, estudando vários problemas economicos que a ambos interessam. E' justo e natural que a Metrópole não esqueça os seus dominios de além-mar, tanto mais que actualmente uma crise aguda afflige a agricultura das zonas quentes pela baixa de cotações de todos os seus productos.

Ora a Espanha compra muitos milhares de toneladas de matérias primas coloniais a países estranhos. De entre as suas necessidades vamos destacar principalmente as que Moçambique pode ajudar a suprir, sem contudo deixarmos de acentuar o interesse que um problema desta ordem oferece ao resto do Portugal ultramarino. Notemos ainda previamente que não é possível, pelo exame da estatística comercial espanhola, apurar as quantidades importadas de alguns productos por serem citados sob rubricas que compreendem englobadamente outros».

Simultaneamente recebiamos do dedicado Presidente da Câmara de Comercio e indústria Portuguesa em Barcelona, a quem se deve a representação nacional no certame realizado em 1929 neste importante centro económico espanhol, uma circular de que transcrevemos as seguintes passagens:

«Quando se realizou a Exposição Internacional de Barcelona, tínhamos conseguido, da Direcção, uma dependência, em um dos Palácios, para o Mostruário Permanente das Colónias Portuguesas, mas esta concessão não teve seguimento por várias razões, e conseguimos um local mais centro de Barcelona, anexo a esta Câmara.

«Nós portugueses, devemos convencer-nos que não é só o Governo da Metrópole e o Governo das Províncias Ultramarinas, que devem preparar e coordenar os elementos que mais interessam á expansão comercial dos nossos dominios; é preciso que os interessados se mechem, pois não ganhamos nada em falar da crise das Colónias toda a vida, precisamos de arranjar bons mercados para a resolver».

PORTUGAL COLONIAL

«E' a nós, comerciantes e industriais, que nos compete esse trabalho, para quando seja o momento oportuno propormos ao Governo, a resolução do assunto.

«Quando esta Câmara terminou os seus trabalhos referentes á representação portuguesa, na Exposição Internacional de Barcelona, meditamos qual o assunto de interesse nacional que nos deveria preocupar, e depois de estudarmos vários, descobrimos com grande surpresa que os productos das nossas Colónias não têm em Espanha o trato aduaneiro que devem ter, para a sua entrada neste grande mercado, e aqui estamos para o resolver, se os interessados nos ajudarem.

«Queremos que os productos das nossas Colónias, não entrem aqui nacionalizados por outras nações; é preciso que esses productos venham directamente, pois será a própria Espanha beneficiada.

«Espanha tem 23 milhões de habitantes; não tem Colónias, compram tudo aos que possuem as que já foram nossas; realizou-se a Exposição Ibero-Americana, as Colónias Portuguesas brilharam como se deve brilhar. Mas resultado pratico, zero, e isto não pode continuar assim. ajudem-nos que venceremos.

«Espanha gasta quantidades enormes de productos coloniais. Precisamos conquistar este mercado, e será V. Ex.^a e a Colónia que se beneficiarão com os resultados, e esta Câmara terá a satisfação de ter cumprido mais um dever patriótico».

Barcelona é realmente o ponto estratégico de aconselhar para a divulgação dos productos coloniais portugueses. Criar ali um baluarte luso, de expansão e relações comerciais, numa ocasião em que as colónias portuguesas tanta necessidade têm de desafogar os seus horizontes economicos — é iniciativa digna de louvor e cooperação, que vem, como se vê, ao encontro de realidades, acerca das quais não divergem os pontos de vista.

MIMOSO MOREIRA.

ESCOLA SUPERIOR COLONIAL

Na próxima reunião do Instituto Colonial Internacional em Paris, que terá lugar de 5 a 8 de Junho, serão discutidos dois relatórios de autores portugueses.

E o primeiro devido á pena do sr. conde de Penha Garcia, director da Escola Superior Colonial, e o segundo á de um dos seus professores mais competentes, o sr. coronel Lisboa de Lima. São ambos membros do Instituto e a expensas suas foram tomar parte na sessão de Paris.

A Escola Superior Colonial afirma assim, mais uma vez a sua colaboração intelectual com os meios scientificos coloniais internacionais, onde já gosa de merecida autoridade, visto que na Exposição Internacional de Antuerpia lhe foram conferidas as medalhas de ouro e prata e correspondentes diplomas.

Assim, é com legitimo orgulho que os professores e alunos desta Escola a vêm tão brilhantemente representada na mais importante das associações coloniais de caracter scientifico.

A "Portugal Colonial", que nas suas colunas tem inserido colaboração do sr. Engenheiro Lisboa de Lima, congratula-se com a natural satisfação manifestada pela Escola Superior Colonial.

INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

Notas do mês

Uma revolta na Guiné

Uma mistura estranha de deportados políticos, cadastrados e funcionários da Guiné, em nome duma não menos estranha ideologia política, revoltou-se e tomou conta da colónia depois de ter expulso o Governadôr, tenente-coronel sr. Leite de Magalhães, e alguns oficiais e altos funcionários.

Não é só impressionante a facilidade com que se dão as mãos, unidos pelo mesmo *sentimento de patriotismo*, engenheiros, médicos e cadastrados. É sobretudo impressionante a inconsciência com que, sob o pretexto de dignificar o país, uns homens que se dizem portugueses lançam a desordem numa colónia, onde, como em tódas as colónias, a missão civilisadora dos brancos se deve exercer, em grande parte pelo exemplo.

Chama-se a isto um crime político. E o rótulo cobrirá a honra do *Malatesta* e dos seus companheiros na aventura, dar-lhes-hia o acesso ao poiso dos heróis se, por desgraça, amanhã a sua aventura surtisse resultado—apezar de tudo, e mesmo de certas transferências escuras de dinheiros destinados a alimentar no estrangeiro o idealismo dos patriotas.

É preciso acabar de vez com a descrdem sistemática sobretudo quando ela ameaça, como agora, deslocar para as colónias o ambiente que já não encontra na metropole.

E como é preciso, absolutamente preciso que acabe, serão cumpridos na obra de destruição nacional, destes e doutros heróis da mesma fôrça, todos aqueles que, directa ou indirectamente, por fraqueza ou por inércia, por brandura ou por cegueira, não usarem dos meios necessários para nos repôr dentro de princípios de ordem em que Portugal e as colónias precisam de viver.

Huila

O facto de ser o distrito da Huila, em Angola, aquele que melhores condições oferece para a fixação dos colonos europeus, a antiguidade dos seus núcleos de população branca, o resultado já alcançado depois de muitos anos de esforços, de tentativas e de sacrifícios, tornam particularmente grave a crise que o districto vem atravessando.

Tóda a colónia de Angola sofre. Males próprios, males estranhos—uns como fatalidades do tempo que atravessamos, outros como erros de governança—o que é certo é que Angola sofre de ruins cuja gravidade os vai enegrecendo de dia para dia.

Sobre a Huila pesam mais fortemente que em qualquer outro distrito ou região os males de que Angola sofre.

Neste regime de desarticulada centralisação de serviços e funções, a Huila, muito distante do Terreiro do Paço Angolano, é esquecida. Pobre, tradicionalmente pobre, parece aceitar-se a sua pobreza como uma fatalidade sem remédio e nada se tem feito para lhe acudir. Portuguesa, profundamente portuguesa, ela mantém o seu cunho de nacionalidade, muito mais por efeito de virtudes próprias do que por acção de políticos habeis.

Ora, é preciso não esquecer que esse projecto antiquissimo de colonisação branca, tantas vezes renovado e tantas vezes fracassado, é na Huila que tem encontrado o melhor e mais consistente desenvolvimento.

A crise da Huila mais grave e mais intensa que a do resto da Colónia, ameaça destruir os resultados já muito salientes de muitos esforços e muitas despesas.

Evidentemente não é possível por agora senão minorar a crise. A sua solução demanda tempo e um critério administaativo que hoje falta no distrito.

Mas minorar-la permitindo-lhe resistir e dominar as dificuldades mais graves não é impossível nem difícil.

Basta para tanto tratar-se a Huila como aos restantes distritos de Angola e compreender-se que ela, na sua pobreza, não pode suportar alguns dos encargos que a asfixiam.

Exposição Colonial

Por iniciativa da Pró-Colonias, que para tal já está fazendo a necessária propaganda, deve realizar-se em principios do próximo ano uma "Exposição Colonial de Produção e Consumo," e, possivelmente, um "Congresso Economico Colonial."

Assegurando desde já, em principio, o nosso modesto apoio a todas as manifestações tendentes a fazer conhecer e amar as nossas colonias e, portanto, á iniciativa da Pró-Colonias, queremos todavia e, enquanto é tempo, manifestar o desejo e os votos de serem evitados pelos organizadores velhos erros e defeitos habituais em organizações deste género.

Uma Exposição Colonial em Portugal e um Congresso de Economia Colonial têm que ser manifestações absolutamente dignas da nossa categoria e prestigio de Nação Colonial e não mais uma exhibição incaracterística de iras: os, mapas, fotografias e conferentes sem brilho como as que ultimamente se tem realizado.

Recentemente realizou-se no Estoril uma exposição industrial portuguesa. As intenções foram ótimas, o esforço dispendido foi muito grande—mas a exposição foi lamentavelmente desprestigiada para as indústrias portuguesas: pelintrice, falta de gosto e, sobretudo, falta de elementos de atração e sugestão sobre o publico a quem se destinava.

Tambem recentemente se realizou um Congresso Colonial. As mesmas boas intenções e os mesmos esforços sinceros se verificaram. Praticamente o congresso resultou indigno duma potência colonial como Portugal, desarticulado, improvisado, precipitado e no desinteresse dos nossos valores tecnicos e intellectuais mais marcantes. As teses apresentadas, na generalidade, foram feitas sobre o joelho.

Anuncia-se agora uma nova Exposição e um novo Congresso. Repetimos: Oxalá os organizadores tenham em conta os erros e defeitos já verificados e venham a dar-nos, de facto, a Exposição e Congresso que são dignos da 4.^a potência colonial do Mundo.

Monopolio de Cambiais

O "Essor," anunciando a proxima publicação dum decreto do nosso Ministério das Colonias reservando a um Banco governamental o monopolio das operações de cambio, diz que o facto, a verificar-se, vai crear por parte dos Bancos estrangeiros de Angola, um movimento de protesto e que estes apelarão para o tratado de St. Germain.

Quais serão os bancos estrangeiros de Angola que vão protestar?

A Convenção de Genebra

O Governo Inglês, segundo comunicação da "Havas," em 22 de Abril, propõe-se obter a retificação da convenção elaborada contra o trabalho forçado ou obrigatorio na conferencia internacional do trabalho, realisada em Junho de 1930, em Genebra. As recomendações juntas á convenção proibindo as pressões sobre os nativos que tomem um carácter de obrigatoriedade indirecta para com os mesmos, bem como os regulamentos contra o trabalho forçado ou obrigatorio, vão tambem ser aprovados pela Inglaterra. Como se sabe as potências que rectificaram a convenção podem apresentar reservas ou modificações á convenção, porem o Governo inglês propõe-se applica-la em todas as colonias sem governo próprio, protectorados ou territórios sob mandato, sem qualquer modificação. O "Manchester Guardian," elogiando a decisão governamental exprime a esperança de que «o exemplo do maior país colonial do mundo seja rapidamente seguido por outros países tanto mais que a elaboração da convenção em si foi feita sem qualquer voto de divergência». O mesmo jornal prosegue dizendo que a grande importancia da convenção está em que ela representa o primeiro passo na legislação internacional sobre o assunto, manifestando a opinião de que o facto de se contractarem trabalhadores a

longo prazo ou escrituras que esses trabalhadores não compreendem e de o Estado instituir o trabalho obrigatório quer a favor do mesmo Estado quer de particulares, constitui uma das mais insidiosas e mais espalhadas formas dum mal, que envolve, no pior dos casos, a ideia de escravatura temporária».

Nós preguntámos: O que pensará a este respeito a União Sul Africana?

Diversas

Realizou-se em Paris nos dias 5, 6, 7 e 8 de Maio próximo, o Congresso do Instituto Colonial Internacional de Bruxelas. Foram congressistas alguns colonialistas portugueses, entre os quais os srs. Conde de Penha Garcia, engenheiro Lisboa de Lima e Coronel Roma Machado.

• Nos primeiros dias de Outubro realiza-se em Lisboa o "Congresso Nacional da Raça Negra", para, além de outros assuntos, sancionar os trabalhos e definir a posição da representação africana portuguesa no Congresso da Raça Negra de todo o mundo que se efectua, também em Lisboa, depois do Congresso Nacional.

Para este já o Partido Nacional Africano está dirigindo convites às organizações indígenas de toda a África portuguesa para designarem os seus delegados.

• Realiza-se em Roma nos meses de Outubro e Dezembro do corrente ano, o primeiro Congresso Internacional de Arte Colonial. O Governo português foi convidado a fazer-se representar.

Cabo Verde

• A "Eastern Telegraph Company", entrou nos cofres do Estado com a quantia de 33.085 dólares correspondente às taxas telegráficas devidas à Colónia de Cabo Verde e relativas ao 3.º trimestre de 1930.

Guiné

• A aviação italiana pediu autorização ao nosso Governo para erigir em Bolama um monumento aos aviadores daquele país, vítimas do desastre ocorrido naquela cidade quando da viagem aérea ao Brasil da esquadilha comandada pelo general Balbo.

• Foi aprovado e mandado pôr em execução o regulamento da Caixa de Aposentações e Pensões às famílias dos funcionários públicos da Guiné.

• Em vista do Governador do Senegal ter declarado aquele posto completamente limpo, foram mandadas cessar todas as medidas de defesa sanitárias na Guiné portuguesa.

S. Tomé e Príncipe

• Foram mandados regressar a Luanda 489 naturais de Angola que terminaram os seus contratos para serviços agrícolas em S. Tomé.

Angola

• Foi autorizada a Camara Municipal de Luanda a contrair um empréstimo de 3500 contos para custear as despesas de instalação da luz eléctrica.

• Dizem os jornais que o Governador Geral de Angola já conseguiu uma redução de mais de 5% no orçamento das despesas da colónia.

• Começou a vigorar no dia 1 de Abril, em Angola o diploma que regula a entrada e fixação de estrangeiros na colónia.

• A Associação Comercial de Benguela foi autorizada a contrair um empréstimo de Ang. 100.000 para custear as despesas a fazer com a sua representação e das suas congéneres da Colónia na Exposição Internacional de Elisabethville, a realizar no mês de Maio.

• A "Fazenda Aurora" do Bailundo, no distrito de Benguela enviou à Agência Geral das Colónias a seguinte informação:

"Como informação vimos comunicar a V. Ex.ª que tendo esta Fazenda montada uma oficina de cordoaria cuja produção mensal se eleva já a 5000 quilogramas de cabos e cordas, aqui encontrarão colocação garantida todos os oficiais e meios-oficiais de fição manual de cabos, cordas e cordeis, em que empregamos fibra de sizal e linho de nossa cultura".

• Como medida económica foi suprimido o subsídio de 80.000 Ang. com que a província de Angola contribuía para a Agência Geral das Colónias.

• Realiza-se na cidade do Lubango, em Junho próximo, o Congresso de todas as Associações Comerciais, Industriais e Agrícolas de Angola.

Mozambique

• Realizou-se em Marracuene, em Maio último, a inauguração oficial do manicómio para alienados indígenas.

• Vão ser introduzidas várias modificações nas pautas aduaneiras da Colónia.

• Foi substituído o posto administrativo de Moebaza, em Quelimane, e substituído por um outro no Chinde.

• A "Beira Works Limited" pediu autorização para modificar os artigos 41.º e 67.º dos seus estatutos.

India

• Vae ser creada em Bombaim uma escola de Comércio, sendo os alunos que não residam naquela cidade subsidiados pelo Governo da nossa India.

• O Governador Geral da India, submeteu à aprovação do Governo Central o diploma que regula o provimento dos cargos, por nomeação ou promoção nos corpos, corporações administrativas e outras associações tuteladas do Estado.

• O Governador Geral da India propoz que se estabeleça uma taxa de 4 tangas, por cada onça, sobre a importação da prata em barra para a transformação industrial e de seis tangas para a reexportação. Esta receita reverte a favor das municipalidades.

Macau

• Foi provisoriamente autorizado o serviço telegráfico D. L. T. entre Macau e os países da Europa.

• O Governador vai submeter ao Conselho de Governo, afim de ser submetida à apreciação do Governo Central, a reforma dos Serviços judiciários da Colónia.

• A Companhia L. L. Gale, da America, com o capital de 1.000.000 de patacas, pretende estabelecer uma base de aviação comercial nos terrenos conquistados ao mar, em Macau.

Colónias e protectorados estrangeiros

Congo belga

Os Governadores de provincia tem sido unanimes nas suas apreciações: o estado de espirito é por toda a parte excelente; não se manifesta qualquer tendencia para insubordinação colectiva, a autoridade impõe respeito por toda a parte; actos de violência e casos de abuso individual são excepcionais; e esses mesmo tem sido rapidamente reprimidos.

A calma que tem reinado no território tem sido caracterizada pela ausencia de qualquer especie de intervenção militar de natureza repressiva: nenhuma operação militar ou policial teve que ser ordenada em toda a colónia.

Presentemente a atenção deve voltar-se para uma numerosa população trabalhadora que foi creada pelo desenvolvimento economico e necessidade cada vez maior de mão d'obra. Porque esta classe de indígenas abandonou as formas tradicionais da disciplina e adoptou uma maneira individualista que pode eventualmente gerar a anarquia.

Até agora, de uma maneira geral, a autoridade não foi provocada. Algumas desordens, mesmo parciais, foram assinaladas este ano; uma verdadeira insubmissão não foi revelada em qualquer parte.

As relações entre europeus e indígenas, sem serem tensas, não são sempre da maior confiança. Consta-se uma falta de respeito nas manifestações exteriores para com os europeus, uma falta de docilidade para com os patrões, exigencias injustificaveis, por vezes arrogantes, e principalmente má fé no cumprimento de obrigações contractuais, negligência no trabalho e quebras de contrato.

Administração da população — A politica indigena é baseada no determinado no decreto de 2-5-1910.

As comunidades indígenas estão sob a autoridade dos seus próprios chefes hereditários.

Eles dirigem os seus negócios próprios, fora da autoridade europeia. Esta ultima limita-se a vigiar a acção dos chefes indígenas e a guiar a população para um melhor estado social. Intervem na administração dos chefes apenas afim de modificar os poderes destes em caso tanto de insuficiência como de abuso.

Tanto nas "chefferies", como nos "secteurs", a Administração faz por aumentar a intervenção indigena na gerencia dos seus próprios interesses e alargar o papel dos corpos consultivos e deliberativos.

O decreto de 15 de Abril de 1926 fortalece o poder judicial que os costumes conferem aos chefes e aos conselhos de notaveis; o legislador estendeu mesmo a competencia deste poder afim de consolidar a ordem interna da "chefferie", na familia.

Para manter o prestígio dos chefes indígenas teve que se aumentar o seu salário, pois o seu diminuto rendimento colocava-os num estado de inferioridade para com muitos dos seus súditos.

Em 31 de Dezembro de 1927 as circunscrições da Província do Congo-Kasai contavam 1121 chefferies e 154 sub-chefferies; em 31 de Dezembro de 1928 haviam 1112 e 158 sub-chefferies, estando em via de organização trez "secteurs".

Dois tribunais centrais e dois de "secteurs", estavam creados em 31 de Dezembro de 1927; tinha-se reconhecido um tribunal de "chefferie".

Em 1928 um terceiro tribunal de "secteur", e tres novos tribunais centrais tinham sido creados por ordem do Governador Provincial e dois novos tribunais principais de "chefferies", foram reconhecidos.

A província do Equador contava em 1927: 933 chefferies, 997 sub chefferies e dois "secteurs".

Estes numeros, pelo fim de 1928, diminuíram para 869 chefferies, 719 sub-chefferies; estava-se tentando um novo "secteur".

Nenhum tribunal indígena fora fundado ou reconhecido em 1927; durante o ano que estamos examinando, o Governador Provincial reconheceu 45 tribunais de chefes principais, 3 tribunais subordinados e creou 3 tribunais de "secteur".

Na Katang alguns pequenos agrupamentos fundiram-se em trez secteurs.

Ao todo foram reconhecidos 56 tribunais de chefes principais, 28 dos quais em 1928; 26 tribunais subordinados, um dos quais em 1928; crearam-se 3 tribunais de sector, 2 dos quais em 1928.

Na Província Oriental existiam em 31-12-1928: 2324 chefferies e 433 sub-chefferies contra 2360 e 510 em 1927.

O numero de chefferies e secteurs cujos chefes receberam a grande medalha atinge 39; 406 secteurs estão em experiencia.

As jurisdições de costumes parecem encontrar a aprovação dos indígenas.

E' entretanto certo que os juizes não tem sufficiente treino e que devem ser vigiados de perto para impedir qualquer procedimento illegal.

Organização territorial—Durante o ano de 1928 uma lei aprovou as convenções entre a Belgica e Portugal, assinada em São Paulo de Loanda pela qual uma parcela do território Congolez situado no m'Poço foi cedida á colonia do Congo Belga em troca de uma parte do território do Dilolo que foi cedida a Angola.

População—Atinge aproximadamente 10.000.000 de habitantes.

Trabalho indígena—Nota-se uma grande diminuição do numero de homens empregados na Província do Congo-Kasai, que é devido principalmente á conclusão de estradas e do Caminho de ferro de Bécéka.

Higiene pública—O Ano de 1928 foi assinalado pela extinção da febre amarela no Baixo Congo e descoberta de casos de peste na fronteira de Kibaldi-Ituri.

A percentagem de europeus falecidos foi: por milhar:

1925.....	11,81
1926.....	13,32
1927.....	14,73
1928.....	13,53

Abriam-se muitas clinicas para creanças e uma maternidade.

Finanças—Imposto indígena—subiu a 64,775,070.70 francos em 1928 ou seja um aumento de 24,5% nas receitas totais do ano anterior.

Alfandegas—Importação em 1928 apresenta um aumento de 78,791 toneladas.

Instrução—Durante o ano de 1928 foi desenvolvido com successo tendo aumentado o numero de escolas e de alumnos.

Missões—Em fins de 1928 havia no Congo 1906 missionários, católicos e protestantes, o que representa o aumento de 73 sobre o ano anterior.

Principais productos coloniais—Café—Está-se desenvolvendo em larga escala, principalmente na Província Oriental.

Palmeira do Azeite—As plantações europeias desenvolvem-se cada vez mais intensivamente nas regiões compreendidas entre o 4.º e 7.º grau de latitude sul.

Algodão—Está-se desenvolvendo, mas em muitas regiões apresenta uma baixa de produção devido á degenerescencia da semente,

Jurisdições indígenas—Em geral poucos progressos se notam. Dois tribunais de Lomami tem satisfeito, mas estão no seu inicio e nota-se a tendenciados indígenas em fazer funcionar as jurisdições integralmente segundo os seus usos, á margem do tribunal oficial.

Algumas tentativas de participação dos chefes, nas jurisdições europeias, segundo o disposto no artigo 7.º do decreto de Julho de 1927, tem satisfeito.

O mal do nosso vizinho...

Por motivo da baixa de preços no algodão a Uganda tem as suas receitas previstas deminuidas em cerca de 100.000 libras.

O valor alfandegário das importações na Kenya-Uganda, baixou num ano de 8.607.910 Libras para 6.820.712 e o das exportações de 7.020.668 para 5.483.024. As receitas das Alfândegas deminuíram em 1930 cerca de 65 % em relação a 1929.

O Desemprego

O general Smuts apresentou na Câmara dos Deputados da União Sul Africana, uma moção vigorosa em que, manifestando a sua inquietação pelo acréscimo do desemprego na União, convidava o Governo a tomar medidas eficazes para o remediar. Esta moção deu lugar a um importante debate.

Orçamento das colónias italianas

Foi discutido e aprovado o orçamento das colónias da Itália.

Prevê despesas no valor de 443.306.442 liras, ou seja uma deminuição de 63.177.500 em relação ao orçamento anterior. Esta differença resulta das seguintes variações:

- Redução de gastos nos serviços administrativos — 177.500 liras.
- Redução da contribuição do Estado para o equilíbrio dos orçamentos coloniais—77.000.000 liras.
- Aumento das despesas efectivas extraordinárias + 14.998.495 liras.

A contribuição do Estado para o equilíbrio dos orçamentos coloniais, que era de 493 milhões no orçamento anterior, não será no próximo de mais de 416 milhões e reparte-se da seguinte maneira:

Tripolitana.....	167.600.00
Cyrenaica.....	182.700.00
Erythrée.....	20.700.00
Somalia.....	45.000.00

Resulta pois destes números que para o exercício de 1931-32, a previsão dos encargos da Administração Central é de 443.306.442-416.000.000 = 27.306.442 liras contra uma previsão de 6.950.516 liras para 1930-31.

A estatística Comercial do Congo e a Economia Congolense

(Conclusão da página 20)

Bandhuin ou sejam 1.060 milhões de francos (pg. 252). Fazendo a mesma redução sobre os outros productos, obtemos um total de 1.200 a 1.300 milhões de francos.

A balança economica:
Importações: 1.624 milhões.
Exportações: 1.300 "

é portanto deficitaria e estes numeros aproximam-se por acaso bastante dos da estatística aduaneira: Que concluir? Que a balança economica do Congo — como a de todas as colonias de exploração — é deficitaria de todas as economias transferidas para a metropole. E tira-se esta outra conclusão, que é lógico e indispensavel restabelecer o equilibrio com o auxilio e subvenção da metropole.

E' um dever. A hora não é apenas favoravel para o recordar, mas é necessário e util fixar bem as situações.

A' custa da colonia aumenta anualmente a fortuna publica da Belgica, á sombra da qual o Tesouro Belga arrecada rendimentos novos; Nada mais justo que a Metropole devolva á sua colonia uma parte desses rendimentos. E' o melhor argumento a defender a participação Belga nas despesas de soberania da Colonia.

O comércio de Portugal com as suas Colonias, referente a alguns produtos, nos últimos dois anos

Importação

Portugal importou nos anos de 1929 e 1930, respectivamente, 22.228.973 e 8.918.009 de quilogramas de ferro ou aço em obra no valor de 37.950.208\$00 e de 33.258.820\$00. Para estas importações contribuíram as nossas colónias com seguintes números, em quilogramas:

	1929	1930
Angola	30.350	83.675
Cabo Verde.....	1	320
Guiné.....	13.502	1.645
S. Tomé e Príncipe...	11.592	15.821
Moçambique.....	122	241
	<u>55.547</u>	<u>99.702</u>

E' de notar o aumento do numero referente a Angola em 1930 e a deminição no referente á Guiné no mesmo ano em relação aos numeros respeitantes a 1929.



A Metropole importou nos mesmos anos respectivamente 125.513.755 e 118.583.926 quilos de ferro em bruto, nos valores de 131.639.611\$00 escudos em 1929 e 115.588.814\$00 em 1930. Para esta importações contribuíram as nossas colónias, pela forma que segue e em quilogramas:

	1929	1930
Angola	83	15.031
Guiné.....	—	24
S. Tomé e Príncipe...	—	21.735
Cabo Verde.....	14	—
	<u>97</u>	<u>36.790</u>

Exportação

No intuito de focarmos bem a importancia que para a economia metropolitana representam os mercados coloniais no presente e, bem assim, a necessidade que ha em que eles no futuro aumentem ainda mais de importancia, o que não nos parece difficil de conseguir se soubermos coordenar, sem delongas escusadas, a economia das colónias e da Metropole, — até onde o interesse nacional o torne necessário, — continuamos, no presente numero, a referir-mo-nos a algumas das nossas principais exportações para as colónias.



Portugal exportou em 1929 e 1930 respectivamente 456.360 e 360.379 decalitros de vinhos licorosos, nos valores de 11.150.343\$00 e de 8.120.647\$00 escudos. Nos mesmos anos importaram as nossas colónias da metropole as seguintes quantidades, em decalitros:

	1929	1930
Angola	37.684	24.139
Cabo Verde.....	1.304	1.482
Guiné.....	1.125	522
S. Tomé e Príncipe...	135	166
Moçambique.....	3.046	2.893
India.....	14.806	11.491
Macau e Timor.....	2.447	2.183
	<u>60.547</u>	<u>40.876</u>

A exportação deminiu duma forma sensível para todas as nossas colónias. Moçambique que em todas as outras qualidades de vinhos está sendo em interessante mercado, tendo sido a unica colónia onde a importação dessas qualidades aumentou de forma apreciavel em 1930, não conseguiu, quanto aos vinhos licorosos, manter essa posição naqule mesmo ano.



A exportação de vinhos da Madeira em 1929 atingiu 387.228 decalitros no valor de 17.298.881\$00 escudos, tendo subido para 441.809 decalitros no valor de 19.667.846\$00 escudos em 1930.

As nossas colónias importaram, nos mesmos anos, as seguintes quantidades em quilogramas:

	1929	1930
Angola.....	144	56
Cabo Verde.....	65	—
Guiné.....	8	8
S. Tomé e Príncipe...	2	—
Moçambique.....	114	118
India.....	18	—
	<u>351</u>	<u>182</u>

E' de notar o aumento na exportação total em 1930 em relação ao ano anterior, o contrario do que, em geral, aconteceu nas exportações totais das outras qualidades de vinhos no referido ano. Nota-se tambem a fraca importação nas nossas colónias dos vinhos da Madeira.



Conquanto a importação de azeite de oliveira tenha atingido 1.018.723 quilogramas, no valor de 7.907.992\$00 escudos em 1929 e 12.021.761 quilogramas no valor de 50.817.859\$00 escudos em 1930, o facto é que nos mesmos anos Portugal exportou para as suas colónias e outros destinos, respectivamente, 1.510.761 e 3.637.979 quilogramas nos valores de 12.047.702\$00 escudos em 1929 e de 24.149.773\$00 escudos em 1930. Foram as seguintes as quantidades, em quilogramas, exportados para as nossas colónias:

	1929	1930
Angola.....	354.432	586.956
Cabo Verde.....	34.040	31.744
Guiné.....	35.529	47.454
S. Tomé e Príncipe...	41.730	43.166
Moçambique.....	316.031	535.534
India.....	4.108	8.568
Macau e Timor.....	5.768	11.391
	<u>791.638</u>	<u>1.263.013</u>

Por estes numeros se verifica a importancia do mercado colonial, quanto a este artigo. Numeros animadores e que, ao contrario de tantos outros, não deminuíram antes aumentaram em 1930, com excepção de Cabo Verde.

O restante da nossa exportação foi para o Congo Belga, para onde se exportaram nos referidos anos, Via Belgica, 27.178 e 13.354 quilogramas respectivamente e para o Brazil. Este ultimo paiz importou 600.048 quilogramas em 1929 e 2.194.564 em 1930 de azeite de oliveira de Portugal.

Notícias dos Mercados

CACAU — Mantem-se a situação anterior. Negócios lentos. Cotações estáveis.

CAFÉ — Ligeira tendência para uma maior atividade de negócios que a baixa do cambio do Brasil e do Rio itnam interrompido. Verifica-se uma alta frágil nas cotações.

GERGELIM — Mercado calmo. Cotações entre £ 12,16 e £ 13 a tonelada.

BORRACHA — Mantem-se, embora muito ligeiramente, a tendencia para a alta. Continúa a sentir-se a influencia das divergencias que sobre a restrição da produção da borracha se levantaram entre certos productores holandeses.

COCONOTE — Mercados fracos, sobretudo para as qualidades finas.

OLEO DE PALMA — Mercados calmos com negócios frouxos.

ALGODÃO — Mercados calmos. Tendencias dificeis para a alta.

ESTATÍSTICA

Índices-Números das cotações dos géneros coloniais

DESIGNAÇÃO	1914 Julho	1929 Índice-médio	1930		1931		
			Índice-médio	Março	Janeiro	Fevereiro	Março
LISBOA (cidade)	100	2.630	1.726	1.947	1.102	1.227	1.192

Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lisboa, em 28 de Fevereiro de 1931

(Valores em escudos)

BANCOS	ACTIVO				PASSIVO	
	CAIXA		Letras descontadas sobre o País e transferências	Letras a receber	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo
	Dinheiro em cofre	Depósitos noutros bancos				
Banco de Angola	112.799	3.519.011	—	19.420.417	11.838.645	2.857.617
Banco do Comércio e Ultramar	709.797	1.731.235	6.935.951	714.685	4.222.478	4.934.823
Banco Nacional Ultramarino	1.559.989	10.431.810	62.440.828	76.612.151	15.253.189	55.425.737

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Comércio entre a Metrópole e as Colónias portuguesas

COLÓNIAS	IMPORTAÇÃO Valor em milhares de Escudos		EXPORTAÇÃO Valor em milhares de Escudos	
	Janeiro 1931	Janeiro a Março 1931	Janeiro 1931	Janeiro a Março 1931
	Angola	8.237	23.629	2.522
Cabo Verde	39	1.324	300	888
Guiné	186	751	270	660
S. Tomé e Príncipe	644	2.285	329	1.083
Moçambique	3.607	13.507	2.461	6.984
Índia	1	2	61	204
Macau e Timor	1	11	96	176

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Quantidades em quilogramas de algumas mercadorias importadas e exportadas de e para as Colónias portuguesas durante os meses de Janeiro a Março de 1931

MERCADORIAS	Angola	Cabo Verde	Guiné	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	India, Macau e Timor
Importadas das Colónias:						
Arroz.....	45,302	—	20,789	7,000	—	—
Açúcar.....	3,771,033	—	—	9,774,271	—	—
Café.....	891,215	17,735	219,000	152	70,874	670
Trigo em grão.....	2,585,902	—	—	—	—	—
Peles em bruto.....	122,289	3,787	46,564	2,803	345	—
Algodão em caroço, rama ou cardado.....	177,326	—	—	104,140	—	—
Sementes oleaginosas.....	1,736,783	961,647	295,544	115,647	831,371	—
Milho.....	13,083,364	21,344	—	2,344,688	—	—
Exportadas para as Colónias:						
Vinhos do Pôrto (decalitros).....	2,984	144	85	3,368	33	233
» comuns tintos (decalitros).....	178,675	5,678	13,341	84,580	12,147	5,795
» » brancos (decalitros).....	32,088	1,948	890	71,646	1,348	933
» licorosos.....	3,667	88	77	157	94	5,033
Conservas de vegetais.....	44,501	1,569	2,394	53,127	2,990	2,494
Sardinhas em salmoura.....	495	50	88	839	63	—
Conservas de sardinha.....	9,836	738	2,419	58,440	2,142	1,004
» » peixe.....	539	40	258	1,255	158	—
Cortiça em rolas.....	331	53	—	308	—	—

Do Boletim da D. G. E.

Gêneros Coloniais — Cotações nos principais mercados

BOLSAS	Paris (Francos)		Amsterdam (Florins)		Nova York (Centes por £)		Londres (Schillings)		Buenos-Ayres (Dollars)		Anvers (Francos)		Havre (Francos)		Lisboa (Escudos)			
	Unidade	31-1-1931	Unidade	31-1-1931	Unidade	31-1-1931	Unidade	31-1-1931	Unidade	31-1-1931	Unidade	31-1-1931	Unidade	31-1-1931	Unidade	1-6-1914	1-5-1930	1-5-1931
Cacau fino.....	50 q.	295-405	100 q.	246-75	1 lb.	5 3/8-5/2	Cwt	42-48	—	—	—	—	50 q.	290-400	15 q.	4550	58500	35500
» paiol.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4530	48500	25500
» escolha.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3550	27550	17550
Café.....	509	190-195	50 q.	205,8215/8	1 lb.	5 5/16	Cwt	857-22	—	—	1 q.	7,35-785	50 q.	187-191	—	7870	250500	150500
» S. Tomé.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3500	65500	52500
» Novo Redondo.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3500	65500	50500
» Ambriz.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2565	65500	49500
» Encoje.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2505	55500	48500
» Cazengo.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	125500
» Cabo Verde.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Coconote.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	T. I.	—	—	—	—	1530	23550	16550
Óleo de palma { mole.....	100 q.	260-265	—	—	—	—	—	—	—	—	T. I.	—	—	—	—	1577	39550	23500
{ rijo.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	£ 11/10/0	—	—	—	—	—	—	22500
Ricínio.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	£ 16.5	100 q.	260	—	—	84	22500	17500
Gergelim.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1517	24500	17500
Algodão.....	50 q.	362-379	—	—	—	—	1 lb.	Pen. 561-5.59	—	—	1 q.	16,00	50 q.	361-378	1 quillo	335	8550	5500
Cera.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	575	11580	9530
Açúcar (em rama) { escuro.....	100 q.	192-200	100 q.	8 1/4-8 5/8	1 lb.	131-133	Cwt	18,6-21,6	—	—	—	—	—	—	—	510	1570	580
{ branco.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1500
Milho.....	—	—	—	—	—	—	—	—	100 q.	366-370	—	—	—	—	—	504	565	540
Co.ros (Beng.).....	—	—	—	—	1 lb.	32 1/2-35	1 lb.	(Pences) 43/4	—	—	—	—	—	—	—	562	6550	5500
Algodão.....	—	—	—	—	1 lb.	9 1/2	1 lb.	(Pences) 14-30	—	—	1 q.	65/16	—	—	—	—	—	6550
Borracha 1.ª.....	—	—	1/2 q.	Centes/75-19	1 lb.	6 3/4-7	1 lb.	(Pences) 43/8	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4500
» 2.ª.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3500

N. R.—Sobre as tendências dos mercados ver a nossa local «Notícias dos Mercados» que noutro lugar publicamos.

Movimento de passageiros entre a Metrópole e as Colónias portuguesas

DESTINO	COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO								COMPANHIA COLONIAL DE NAVEGAÇÃO										
	1.ª classe		2.ª classe		3.ª classe		Total		1.ª classe		2.ª classe		3.ª classe		Total				
	Ida	Volta	Ida	Volta	Ida	Volta	Ida	Volta	Ida	Volta	Ida	Volta	Ida	Volta	Ida	Volta			
África Occidental.	Ano de 1930	741	739	977	631	2.028	1.143	3.746	2.513	429	465	742	532	1.875	963	3.046	1.960		
	Março de 1930	43	45	86	47	147	50	276	142	41	27	70	46	113	176	224	252		
	Março de 1931	22	32	91	31	98	113	211	176	42	21	55	35	82	203	179	259		
	Abril de 1930	59	101	76	49	143	104	278	254	44	31	76	26	72	59	192	116		
	Abril de 1931	31	51	26	71	70	132	127	254	12	33	37	35	73	83	122	151		
África Oriental.	Ano de 1930	315	291	531	339	1.143	401	1.989	1.031	120	119	194	159	508	309	822	587		
	Março de 1930	19	43	55	71	127	79	201	193	16	2	20	7	57	25	93	34		
	Março de 1931	39	21	17	23	100	19	156	63	11	17	13	34	52	26	76	77		
	Abril de 1930	29	33	47	48	99	35	175	116	29	—	27	—	62	—	118	—		
	Abril de 1931	17	26	19	19	98	39	134	84	6	16	15	22	47	42	68	81		
TOTAL GERAL								7.293	4.826	TOTAL GERAL								4.940	3.517

Cotação oficial das acções das Companhias coloniais na Bolsa de Lisboa

COMPANHIAS E SOCIEDADES	EM 25 DE MARÇO DE 1931				EM 29 DE ABRIL DE 1931			
	Efectuado Contado	Ofertas—Contado		Efectuado Contado	Ofertas—Contado			
		Compra	Venda		Compra	Venda		
Agrícola da Bela Vista	—	—	45\$00	—	—	43\$00		
» do Cazengo	—	—	—	—	—	—		
» da Ganda	—	20\$00	25\$00	—	16\$00	20\$00		
» das Neves	—	—	—	—	—	—		
» do Príncipe	1\$30	1\$30	1\$80	—	—	1\$50		
Nacional de Navegação	170\$00	162\$00	168\$00	—	151\$00	164\$00		
Agrícola Ultramarina	—	—	—	—	—	—		
Soc. Agricultura Colonial	—	—	150\$00	90\$00	—	100\$00		
Amboim, até 250.00	38\$00	37\$00	38\$00	40\$00	39\$00	38\$50		
Açúcar de Angola	—	120\$00	125\$00	107\$00	106\$00	108\$00		
» de Moçambique	—	—	—	—	—	—		
Cabinda	—	15\$00	20\$00	—	—	17\$00		
Colonial Agrícola	—	—	—	—	—	—		
» do Buzi (1.ª emissão)	35\$00	34\$00	35\$00	—	34\$00	36\$00		
» » » (2.ª »)	—	32\$00	—	34\$00	33\$00	—		
» de Navegação	—	80\$00	85\$00	—	—	80\$00		
Comércio de Moçambique	—	—	—	—	—	—		
Ilha do Príncipe	120\$00	120\$00	123\$00	110\$00—108\$00	—	110\$00		
Niassa	—	—	3\$50	—	—	—		
Roça Pôrto Alegre	—	—	100\$00	—	—	—		
Sul de Angola	—	—	60\$00	—	—	60\$00		
Zambezia, tit. 25	—	17\$00	20\$00	—	—	20\$00		
Borôr	—	—	125\$00	—	—	120\$00		

Reexportação e trânsito de mercadorias das Colónias portuguesas, por Lisboa

MERCADORIAS	QUANTIDADES EM QUILOGRAMAS		VALOR EM ESCUDOS	
	Março 1930	Janeiro a Março 1931	Março 1930	Janeiro a Março 1931
Reexportação :				
Cacau	1.109.599	3.529.573	2.856.734\$00	9.507.674\$00
Café	449.551	2.159.251	1.115.061\$00	5.778.197\$00
Cêra	5.178	19.702	42.302\$00	169.769\$00
Outras mercadorias	85.475	257.313	227.132\$00	745.201\$00
Total	<u>1.649.803</u>	<u>5.965.839</u>	<u>4.241.229\$00</u>	<u>16.200.841\$00</u>
Trânsito internacional :				
Cacau	—	41.839	—	113.884\$00
Café	793.500	2.007.461	2.234.117\$00	6.180.420\$00
Cêra	77.946	191.352	682.200\$00	1.682.300\$00
Óleos de palma e côco	65.141	67.309	102.600\$00	108.324\$00
Outras mercadorias	144.131	457.999	362.200\$00	1.523.900\$00
Total	<u>1.080.718</u>	<u>2.835.960</u>	<u>3.381.117\$00</u>	<u>9.613.828\$00</u>

Do Boletim Mensal da Direcção Geral da Estatística.

Situação Geral dos Câmbios

(MÉDIAS DAS COTAÇÕES DURANTE O MÊS DE MARÇO DE 1951)

Divisas	Alemanha	Argentina (1)	Áustria	Bélgica	Brasil (1)	Bulgária	Canadá (1)	Chile (1)	China (1)	Dinamarca	Espanha (1)	Estados Unidos	Finlândia (1)	Francia	Grã-Bretanha
	Marco	Peso (euro)	Schilling	Belga	Milreis	Lev.	Canf.	Peso	Taii Shangh.	Coroa	Peseta	Cent.	Marco	Franco	Schilling
Belga.....	0.584	0.178	0.991 (1)	—	1.762	19.299	13.930	1.144	0.438	0.521	1.298	13.929	5.533	3.558	0.573
Franco francês.....	0.164	0.050	0.278	0.281	0.495	5.421	3.914	0.322	0.147	0.365	3.914	1.555	—	—	0.161
Franco suíço.....	0.807	0.246	1.366	1.382	2.434	26.665	19.246	1.881	0.606	0.720	1.793	19.243	7.644	4.916	0.792
Schilling.....	1.019	0.311	1.725	1.744	3.073	33.646	24.295	1.996	0.765	0.908	2.263	24.292	9.650	6.206	—
Dollar americano.....	4.196	1.281	7.099	7.173	12.650	138.500	100.013	8.217	3.148	3.742	9.318	—	39.724	25.550	4.117
Florin.....	1.682	0.514	2.846	2.878	5.071	55.525	40.094	3.294	1.262	1.501	3.735	40.087	15.925	10.243	1.650
Coroa noruega.....	1.122	0.343	1.903 (1)	1.920	3.384	36.885 (1)	26.755	2.198	0.842	1.001	2.492	26.750	10.627	6.834	1.101
Coroa danesa.....	1.122	0.343	1.898	1.921	3.383	36.876 (1)	26.749	2.198	0.842	—	2.492	26.746	10.624	6.834	1.101
Coroa sueca.....	1.123	0.343	1.905 (1)	1.923	3.387	37.095	26.782	2.200	0.843	1.002	2.495	26.777	10.637	6.845	1.102
Coroa tchecoslov.....	0.124	0.038	0.210	0.213	0.375	4.104	2.963	0.243	0.093	0.111	0.276	2.962	1.177	0.757	0.122
Schilling austriaco.....	0.590	0.180	—	1.009	1.778	19.471	14.059	1.155	0.442	0.526	1.310	14.055	5.584	3.593	0.579
Pengo.....	0.731	0.223	1.238	1.252	2.205	24.144	17.433	1.432	0.549	0.652 (1)	1.624	17.441	6.924	4.450	0.717
Reichsmarco.....	—	0.305	1.691	1.709	3.012	32.979	23.810	1.956	0.749	0.891	2.218	23.807	9.457	6.083	0.780
Marco finland.....	0.105	0.032	0.179 (1)	0.181 (1)	0.318	3.471 (1)	2.518	0.207	0.079	0.094	0.234	2.518	—	0.643 (1)	0.104
Tchervonetz.....	21.611 (1)	6.592	36.600 (1)	36.938 (1)	65.084	709.374 (1)	514.560	42.275	16.196	19.237 (1)	47.940	514.492 (1)	204.377	131.453 (1)	21.180
Zloty.....	0.469	0.143	0.795	0.804	1.417	15.531	11.202	0.920	0.353	0.419 (1)	1.044	11.192	4.440	2.865	0.461
Lira.....	0.220	0.067	0.373	0.376	0.663	7.255	5.239	0.430	0.165	0.197	0.488	5.238	2.081	1.338	0.216
Peseta.....	0.451	0.137	0.763 (1)	0.770	1.358	14.902	10.733	0.882	0.338	0.401 (1)	—	10.730	4.263	2.742	0.442
Escudo.....	0.188	0.057	0.319 (1)	0.322 (1)	0.568	6.188 (1)	4.489	0.69	0.141	0.168 (1)	0.418	4.482	1.783	1.147 (1)	0.185
Dinar.....	0.074	0.022	0.125 (1)	0.126 (1)	0.222	2.436	1.757	0.144	0.055	0.066 (1)	0.164	1.759	0.698	0.450	0.072
Leu.....	0.025	0.0076	0.042 (1)	0.043 (1)	0.075	0.824	0.595	0.049	0.019	0.022 (1)	0.055	0.595	0.236	0.152	0.024
Lev.....	0.030	0.0092	0.051 (1)	0.052 (1)	0.092	—	0.725	0.059	0.023	0.027 (1)	0.067	0.717	0.288	0.184	0.030
Drachma.....	0.054	0.0165	0.092 (1)	0.093 (1)	0.164	1.798	1.296	0.106	0.041	0.048 (1)	0.121	1.294	0.515	0.330 (1)	0.053
Piastre turca.....	0.020	0.0060	0.034 (1)	0.034 (1)	0.060	0.652	0.474	0.039	0.0149	0.018 (1)	0.044	0.474 (1)	0.188	0.121 (1)	0.019
Piastre egípt.....	0.209	0.064	0.354 (1)	0.358 (1)	0.630	6.901	4.884	0.409	0.157	0.186 (1)	0.464	4.983 (1)	1.979	1.273 (1)	0.205
Dollar canadiano.....	4.194	1.281	7.113 (1)	7.169	12.648	137.500	—	8.216	3.147	3.738 (1)	9.317	99.979	39.719	25.540 (1)	4.116
Peso mexicano.....	1.991 (1)	0.607	3.371 (1)	3.403 (1)	5.995	65.346 (1)	47.400	3.894	1.492	1.772 (1)	4.416	47.355	18.827	12.109 (1)	1.951
Peso argentino.....	3.278 (1)	—	5.552 (1)	5.603 (1)	9.873	107.612 (1)	78.509	6.413	2.477	2.918 (1)	7.272	78.041	31.001	19.941 (1)	3.213
Milreis do Brasil.....	0.333	0.101	0.562 (1)	0.567 (1)	—	10.899 (1)	7.906	0.469	0.249	0.295 (1)	0.736	7.890	3.140	2.032	0.325
Peso chileno.....	0.511 (1)	0.156	0.866 (1)	0.874 (1)	1.539	16.780 (1)	12.171	—	0.383	0.455 (1)	1.134	12.063	4.834	3.109 (1)	0.501
Peso do Uruguay.....	3.076	0.937	5.204 (1)	5.252 (1)	9.255	100.873 (1)	73.170	6.011	2.303	2.735 (1)	6.817	73.362	29.062	18.693	3.012
Yen.....	2.073	0.632	3.512 (1)	3.544 (1)	6.245	68.065 (1)	49.372	4.056	1.554	1.846 (1)	4.600	49.365	19.610	12.613 (1)	2.032
Taii de Shanghai.....	1.334 (1)	0.407	2.260 (1)	2.281 (1)	4.018	43.799 (1)	31.170	2.610	—	1.188 (1)	2.960	31.587	12.619	8.116 (1)	1.308

Divisas	Grécia (1)	Hungria	Itália	Japão (1)	México (1)	Noruega	Países Baixos	Polónia	Portugal (1)	Roumanía (1)	Suécia	Suísca	Tchecoslov.	Uruguay (1)	Yugosl. (1)
	Drachma	Pengo	Lira	Yen	Peso	Coroa	Florin	Zloty	Escudo	Leu	Coroa	Franco	Coroa	Peso	Dinar
Belga.....	10.751	0.799	2.659	0.282	0.294	0.522	0.347	1.243	3.10,3	23.423	0.521	0.723	4.696	0.190	7.930
Franco francês.....	3.021	0.224	0.77	0.079	0.082	0.147	0.098	0.349	0.87,2	6.582	0.146	0.203	1.319	0.053	2.228
Franco suíço.....	14.853	1.104	3.673	0.390	0.406	0.721	0.480	1.718	4.28,8	32.360	0.719	6.486	0.263	10.956	—
Schilling.....	18.750	1.393	4.637	0.492	0.512	0.908	0.606	2.169	5.41,2	40.850	0.907	1.262	8.185	0.332	13.830
Dollar americano.....	77.186	5.735	19.071	2.026	2.110	3.740	2.495	8.928	22.28,1	168.163	3.736	5.191	33.702	1.367	56.933
Florin.....	30.943	2.299	7.654	0.812	0.846	1.500	—	3.579	8.93,2	67.415	1.498	2.082	13.513	0.548	22.824
Coroa noruega.....	20.649	1.534	5.105	0.542	0.564	—	0.667	2.388 (1)	44.987	0.999	1.389	9.012	0.366	15.231	—
Coroa danesa.....	20.644	1.534	5.105	0.542	0.564	1.000	0.667	2.388 (1)	5.95,9	44.975	0.999	1.389	9.013	0.365	15.227
Coroa sueca.....	20.669	1.536	5.113	0.542	0.565	1.002	0.668	2.391 (1)	5.96,9	45.031	—	1.391	9.022	0.369	15.246
Coroa tchecoslov.....	2.287	0.170	0.566	0.060	0.062	0.111	0.074	0.264	0.66,0	4.983	0.111	0.154	—	0.141	1.687
Schilling austriaco.....	10.850	0.806	2.684	0.285	0.296	0.527	0.351	1.255	3.13,2	23.639	0.525	0.730	4.737	0.092	8.003
Pengo.....	13.454	—	3.332	0.353	0.368	0.651 (1)	0.435 (1)	1.556 (1)	3.88,4	29.312	0.651 (1)	0.905	5.874	0.238	9.924
Reichsmarco.....	18.376	1.365	4.545	0.482	0.502	0.891	0.594	2.125	5.30,4	40.035	0.889	1.236	8.024	0.325	13.554
Marco finland.....	1.943	0.144 (1)	0.480 (1)	0.051	0.053	0.094	0.063 (1)	0.225 (1)	0.56,1	4.234	0.094	0.129	0.847	0.034	1.433
Tchervonetz.....	397.118	29.516 (1)	98.000	10.422	10.856	19.232 (1)	12.834 (1)	45.933 (1)	114.63,5	865.187	19.213 (1)	26.736 (1)	173.629 (1)	7.032	292.917
Zloty.....	8.645	0.642	2.140	0.227	0.236	0.425	0.279 (1)	—	2.49,6	18.836	0.418 (1)	0.581	3.771	0.153	6.377
Lira.....	4.043	0.300	—	0.106	0.110	0.196	0.131	0.468 (1)	1.16,7	8.809	0.196	0.772	1.764	0.072	2.982
Peseta.....	8.284	0.616	2.049	0.217	0.226	0.407	0.268	0.958 (1)	2.39,1	18.047	0.404	0.548	3.628	0.147	6.110
Escudo.....	3.464	0.257 (1)	0.857 (1)	0.091	0.095	0.168 (1)	0.112 (1)	0.401 (1)	—	7.547	0.168 (1)	0.231	1.534	0.061	2.555
Dinar.....	1.356	0.101	0.335	0.035	0.037	0.066 (1)	0.044 (1)	0.157 (1)	0.39,1	2.954	0.065 (1)	0.091	0.592	0.024	—
Leu.....	0.459	0.034	0.113	0.012	0.012	0.022 (1)	0.015 (1)	0.053 (1)	0.13,2	—	0.022 (1)	0.031	0.200	0.0081	0.338
Lev.....	0.560	0.041	0.138	0.015	0.015	0.027 (1)	0.018 (1)	0.065 (1)	0.16,1	1.220	0.027 (1)	0.037	0.244	0.0100	0.413
Drachma.....	—	0.074	0.247	0.026	0.027	0.048 (1)	0.032 (1)	0.116 (1)	0.28,9	2.779	0.048 (1)	0.067	0.437	0.018	0.738
Piastre turca.....	0.366	0.027 (1)	0.090	0.0096	0.010	0.018 (1)	0.012 (1)	0.042 (1)	0.10,6	0.797	0.018 (1)	0.022	0.160	0.0064	0.270
Dollar canadiano.....	77.176	5.736 (1)	19.055	2.026	2.110	3.737 (1)	2.494 (1)	8.927 (1)	22.27,8	168.141	3.734 (1)	5.190	33.671	1.367	56.926
Peso mexicano.....	36.582	2.719 (1)	9.047 (1)	0.960	—	1.772 (1)	1.182 (1)	4.231 (1)	10.56,0	79.699	1.770 (1)	2.463 (1)	15.994 (1)	1.648	26.983
Peso argentino.....	60.243	4.477 (1)	14.886	1.581	1.647	2.917 (1)	1.947 (1)	6.968 (1)	17.39,0	131.249	2.915 (1)	4.056 (1)	26.340 (1)	1.067	44.336
Milreis do Brasil.....	6.102	0.453 (1)	1.526	0.160	0.167	0.295 (1)	0.197 (1)	0.706 (1)	1.76,1	13.293	0.295 (1)	0.405	2.923	0.108	4.501
Peso chileno.....	9.393	0.698 (1)	2.320	0.246	0.257	0.455 (1)	0.303 (1)								

Moedas das Colónias portuguesas

PRAÇAS	EM 1 DE MARÇO DE 1931			
	Prémio	Transferência	Ágio	Colónias do Oriente
Luanda s/ Lisboa.....	2 0/0	—	—	—
Praia s/ Lisboa.....	2 0/0	3 0/0	—	—
Bolama s/ Lisboa.....	2 0/0	3 0/0	—	—
S. Tomé s/ Lisboa.....	2 0/0	3 0/0	—	—
L. Marques s/ Lisboa.....	2 0/0	—	—	—
Goa s/ Lisboa (Rupia).....	—	—	—	6\$30
Macau s/ Lisboa (Pataca).....	—	—	—	5\$91
Dilly s/ Lisboa Pataca.....	—	—	—	5\$95

Recenseamento Geral da População Indígena da Colónia de Angola

ÁREAS ADMINISTRATIVAS	1927			1928			1929			DIFERENÇA PARA + OU PARA - EM 1929 (a)
	Varões	Femeas	Total	Varões	Femeas	Total	Varões	Femeas	Total	
Distrito de Loanda (1).....	24.589	27.301	51.890	22.099	23.227	45.326	23.080	23.751	46.831	- 1.802
» de Benguela (2).....	288.917	285.748	574.665	288.068	287.650	575.718	293.152	290.717	583.869	+ 8.677
» do Bié (3).....	155.077	153.875	308.952	157.119	161.438	318.557	156.074	161.196	317.270	+ 3.515
» do Congo (4).....	108.819	116.072	224.891	108.660	119.055	227.715	112.332	124.190	236.531	+ 10.228
» Cuanza Norte (5).....	68.256	70.053	138.309	70.670	74.935	145.605	72.948	76.026	148.974	+ 7.017
» Sul (6).....	133.573	141.959	275.532	135.201	142.038	277.242	131.625	131.840	263.465	- 12.922
» da Huila (7).....	62.233	70.235	132.468	63.325	70.645	133.970	66.099	71.992	138.091	+ 4.872
Int. Front. Cubango.....	8.274	7.581	15.855	7.630	6.898	14.528	7.633	6.895	14.528	+ 663
Distrito da Lunda (8).....	1.151.541	1.022.265	2.038.006	1.033.619	1.000.497	2.034.116	1.111.490	1.077.675	2.189.165	+ 15.204
» de Malanje (9).....	110.170	125.549	235.719	113.760	129.486	243.246	120.901	142.960	263.861	+ 24.378
» de Mossâmedes (10).....	13.123	12.443	25.566	11.097	9.366	20.463	10.453	8.912	19.365	- 3.649
» do Moxico (11).....	123.044	123.152	246.196	120.655	121.217	241.872	115.693	113.039	228.732	- 15.302
» do Zaire (12).....	34.011	35.443	69.444	35.444	37.342	72.786	35.491	39.569	75.060	+ 4.945
Int. Front. Cabinda.....	15.854	14.348	30.202	17.478	15.687	33.165	16.892	17.689	34.581	+ 2.897
Soma.....	1.223.353	1.264.085	2.487.438	1.229.720	1.276.946	2.506.666	1.249.338	1.291.876	2.541.214	+ 44.162

(a) Calculadas sobre as médias obtidas nos dois anos antecedentes.

(1) Angolas, Dombos e Libongos.

(2) Bai-unlos, Dombos, Hanhas, Gantias, Quilengues, Caconias, Seles, Bacuandos, Bacuissos, Huambos, Sambos, etc.

(3) Bienos, Luimbes, Nhambas, Galangos, Ambuelas, Bundas, Quiôcos, Luchazes, Luenas, Mucancalas (Buschemen), etc.

(4) Zombos, Mahunjos, Muchicongos, Sossos, Bongos e Iacas.

(5) Angolas, Dombos, Mahunjos e Gingas.

(6) Libôlos, Quissamas, Seles, Ambolas, Pindas e Bailunjos.

(7) Vanianecas, Vahimbas, Cuanhamas, Ambuelas, Cuamatos, Cuangares, Mussucos, Donguenas, Humbes, Evals, Nhembas e Mucancalas (Buschemen).

(8) Quiôcos, Xingés, Minungos, Peindes, Lundas, Mussucos, Luenas, Bângalas, Songos, etc.

(9) Holos, Songos, Boudos, Bângalas, Angolas, Gingas e Luimbes.

(10) Cubais, Bacuissos, Dombes, Curocas, Giraus, Quipolas, Quilengues e Vahimbas.

(11) Luenas, Quiôcos, Lundas, Ambuelas, Luchazes e Bundas.

(12) Mussorongos, Muchicongos, Cabindas, Kacongós e Maiombes.

LEGISLAÇÃO

Do Diário do Governo

Dec. 19.550 de 28-3-931 (1.^a série n.º 76 de 1-4-931).

Determina que a gratificação de 400\$00 por acumulação de regência, aos professores da escola Superior Colonial, autorizada pelo dec. 18.854, seja abonada, em futuros anos economicos, de conta das dotações dos lugares que se encontram vagos por terem sido abrangidos os seus proprietários pelo Dec. n.º 15.538.

Dec. n.º 19.551 de 31-3-931 (1.^a série n.º 76 de 1-4-931).

Regula a constituição do conselho Superior de Disciplina e Promoções do Exército Colonial.

Dec. 19.558 de 4-4-931 (1.^a série n.º 78 m. d.).

Estabelece as condições em que deve realizar-se o suprimento

a fazer pelo Banco de Angola ao Governo da mesma colonia para pagamento das suas dividas de carácter comercial.

Dec. 19.1613 de 18-4-931 (1.^a série n.º 90 da m. d.).

Determina que a execução do Dec. 17.970, no que respeita ao restabelecimento das comarcas de Bissau e de Bolama fique dependente de diploma que a autorize.

Mantem a comarca da Guiné sem prejuizo da extinção do logar privativo de conservador do registo predial.

Dec. n.º 19.659 de 28-4-931 (1.^a série n.º 98 m. d.).

Dispensa o Conselho administrativo do B. N. U. do cumprimento, no prazo legal, da obrigação a que se refere o art.º 189.º e seus §§ do Código Comercial, relativamente ás contas da responsabilidade do antigo conselho de Administração referentes ao ano economico de 1930.

Dec. 19.663 de 29-4-931 (1.ª série n.º 99 m. d.).
Extingue o logar privativo de conservador do Registo predial da Comarca de Loanda.

Já foi discutido em conselho de ministros, devendo ser brevemente publicado o decreto destinado a resolver a questão das transferências de Angola. Este decreto é precedido dum relatório para o qual chamamos a atenção de todos os nossos leitores.

ANGOLA

(B. O. I.ª série N.º 10 de 7-3-931)

Diploma Legislativo N.º 136 (Rectificado):

Fixa os vencimentos do Chefe do Gabinete do Governo Geral da Colónia.

Diploma Legislativo N.º 193:

Abre, na Direcção dos Serviços de Fazenda, um crédito especial para pagamento das despesas a efectuar com a representação da Colónia na Exposição Colonial Internacional de Paris.

Diploma Legislativo N.º 194:

Dispensa do pagamento de multa e juros de mora devidos pelas contribuições, impostos e mais rendimentos públicos do Estado, em atraso, todos os contribuintes que, não satisfazendo o seu pagamento à boca do cofre, o queiram efectuar no prazo improrrogável de sessenta dias e isento do pagamento de selos e custas, respeitantes aos processos executivos que tenham sido instaurados para a cobrança das referidas contribuições e impostos, os contribuintes que, dentro do mesmo prazo, paguem nas respectivas Recebedorias as quantias exequendas.

Portaria N.º 736:

Regula a liquidação dos débitos dos militares à Fazenda Nacional, a unidades ou estabelecimentos militares e a particulares.

(B. O. I.ª série N.º 11 de 14-3-931)

Diploma Legislativo N.º 195:

Isenta de direitos, pela sua importação nesta Colónia, os motores que, pela sua construção e características especiais, sejam susceptíveis de consumir óleos vegetais e animais ou gás das florestas.—Fixa, em 0,60, os direitos a pagar por cada quilo de gasolina importada nesta Colónia.—Altera para 25 % as taxas dos artigos 68.º, 69.º, 70.º e 71.º da Pauta dos Direitos de Importação, dá nova redacção ao artigo 50.º e cria os artigos 50-A e 50-B da mesma Pauta.—Acrecenta mais um parágrafo ao artigo 46.º dos Preliminares das Pautas em vigor.—Revoga, com excepção do seu artigo 15.º, o Diploma Legislativo n.º 164, de 10 de Dezembro de 1930, que criou, em Angola, o Imposto de Viação.

Diploma Legislativo N.º 196:

Determina que a partir de 1 de Abril de 1931, a cobrança do imposto sobre Transportes, criado pelo Diploma Legislativo n.º 613, de 16 de Agosto de 1927, seja regulada pela tabela anexa a este diploma.

Diploma Legislativo N.º 197:

Revoga o Diploma Legislativo n.º 130, de 16 de Junho de 1926 que concedeu a subvenção anual de cem mil escudos angolanos para as despesas da Agência Geral das Colónias.

(B. O. I.ª série N.º 12 de 21-3-931)

Rectificação ao Diploma Legislativo n.º 169, de 18 de Dezembro de 1930, que aprova a Organização dos Serviços de Administração Civil.

Rectificação à Portaria n.º 714, de 29 de Janeiro de 1931, que mandou constituir reserva do Estado a área do posto civil do Quipungo, da circunscrição civil dos Gambos e a área da circunscrição civil do Alto Cunene, situada na margem direita e a oeste do rio Cunene.

MOÇAMBIQUE

(B. O. I.ª série N.º 7 de 14-2-931)

Diploma Legislativo N.º 280:

Abre um crédito especial da quantia de 77.000\$00 para re-lôgo de duas verbas descritas na tabela de despesa em vigor.

Portaria N.º 1:256:

Aprovando uma alteração aos estatutos do Montepio Oficial de Moçambique, aprovados por alvará de 17 de Janeiro de 1922, para vigorarem, provisoriamente, até que o conhecimento da sua situação financeira permita a sua completa reforma.

Portaria N.º 1:257:

Alterando as taxas dos telegramas originários dos distritos de Lourenço Marques e Inhambane, e destinados à União Sul-Africana e Colónia do Sudoeste Africano.

Portaria N.º 1:258:

Actualizando as taxas de vales provinciais e especiais relativas a pedidos de avisos de pagamento, revalidações, substituições, rectificações de enderêço e reclamações.

(B. O. I.ª série N.º 8 de 21-2-931)

Nova publicação, rectificada, da portaria n.º 1:231, fixando as taxas a cobrar pelo serviço telegráfico permutado entre as estações da Colónia e entre as estações dos distritos de Quelimane, Tete, Moçambique, Cabo Delgado e Niassa e as estações dos Caminhos de Ferro da Beira Railways e da Trans-Zambézia situadas no território português.

Portaria N.º 1:261:

Determinando que as passagens aos funcionários dos diversos quadros da Colónia, admitidos aos concursos para promoção ou confirmação, a realizar em Lourenço Marques ou sedes dos distritos, sejam abonadas pelo Estado, salvo se forem reprovados ou desistirem de prestar provas.

Com vista aos ilustres ministros das pastas económicas

Em virtude da grande baixa de quasi todos os géneros coloniais estão os nossos agricultores — principalmente em Angola — tentando intensificar a exportação para a Metrópole de alguns géneros alimentícios que até agora temos importado, na sua maioria do estrangeiro.

Está neste caso o feijão seco, do qual importamos em 1930, 3.393.686 quilogramas no valor de 4.883.964\$00 escudos dos quaes apenas 515.342 quilogramas no valor de 450.692\$00 escudos foram importados das Colónias. A maior parte do feijão importado é o de qualidade branca.

Acontece, porém, que os encargos a que este artigo está sujeito são enormes o que em grande parte está desanimando os nossos agricultores coloniais.

Para melhor elucidar vamos exemplificar um caso concreto: Trata-se de 18.124 quilogramas de feijão branco vindos recentemente de Angola, num barco Nacional.

Esse feijão pagou os seguintes encargos:

Despesas de viagem, frete	2.610\$40
Imposições Aduaneiras pagas na Metrópole..	3.506\$00
Porto Lisboa	229\$00
Emolumentos pessoais	16\$00
Artífice	10\$00
Guias, bilhetes e selos	33\$50
Transporte para o Armazem	98\$50
Soma	6.504\$25

Este feijão não rende em Lisboa mais do que 1\$40 o quilograma. Pergunta-se. Não serão demasiados os direitos pagos de 3.506\$00 escudos, tratando-se de um género pobre, importado das nossas Colónias?

Será esta a melhor forma de intensificar o comércio com as mesmas?

Parece-nos que não.

BIBLIOGRAFIA

«L'Effort français en Afrique Equatoriale Française».

É uma publicação do "Sud-Onert Economique", muito ilustrada e luxuosa que constitui um programa completo e detalhado de valorização da África Equatorial Francesa.

«Un continent perdu: Atlantide» por Otto Silberman. Paris 1930. Considerações interessantes sobre a velha tradição fenícia e egípcio-libia que fizeram da Atlantida a maravilhosa região que ainda não se conseguiu localizar exactamente.

«L'officier Colonial» por Jean Ferrandi Paris 1931. Estudo sobre a personalidade do oficial que serve nas colónias. onde o autor serviu mais de 20 anos como oficial de infantaria.

«Leavingstone» por R. J. Campbell. Londres 1930.

Biografia completa do famoso explorador.

Grande Hotel Ribeiro

Caldas do Gerez

Portugal

Fundado em 1879. Aberto todo o ano. O mais antigo do Gerez e o que melhor conhece o tratamento dos aquistas destas termas. Serviço de mesa primoroso, com e sem dieta. Todo o conforto moderno. Parque para passeio. Camionette e corretores à chegada de todos os combóios a Braga, para serviço dos Ex.^{mos} Hospedes.

Êste antigo e acreditado Hotel, completamente modificado, de forma a oferecer o maior número de comodidades, continua a ser dirigido, como até aqui, pela família Ribeiro, seus únicos proprietários.

PREÇOS MÓDICOS

ENDERÊÇO: H. RIBEIRO — GEREZ

Companhia de Mossâmedes

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, com o Capital

Autorizado—Esc. 20.000.000\$00
Subscrito — Esc. 13.995.000\$00

SEDE SOCIAL

Lisboa—R. Vitor Cordon, 12-1.º
Telefone: 2 4174

SEDE DO COMITÊ FINANCEIRO
na Banque des Interets Français
23, Rue Louis le Grand — PARIS

SEDE EM ÁFRICA

SÁ DA BANDEIRA—(Lubango)

Criação e Comércio de gados—Explorações agrícolas—Instalações no *Lubango*, *Tchipa*, *Ediva*, *Palanca*, *Culueque* e *Tchifito*

Portugal Caldas do Gerez

ÁGUAS PODEROSAS NO TRATAMENTO DAS DOENÇAS DO FÍGADO E DOS PAÍSES QUENTES

AS MAIS FLUORETADAS DA EUROPA

Hiper-termais, termais e hipo-termais, muito rádio-activas, hiposalinas, bicarbonatadas, sódicas e líticas, siliciosas, fluoretadas, sódicas, ligeiramente arsenicais e bacteriológicamente puríssimas.

Indicadas especialmente nos casos de litíase biliar, insuficiência hepática, icterícias infecciosas e benignas, a cura gereziana tem uma das suas indicações mais imperiosas no tratamento dos estados hepáticos que acompanham uma doença de destruição globular e frequentíssima entre nós: o impaludismo.

As águas medicinais mais valiosas da Europa na serra mais encantadora de Portugal, eis a definição do Gerez.

Grande Hotel Maia e Hotel das Termas

OS MAIS FREQUENTADOS PELA COLÓNIA AFRICANISTA. OS QUE MELHOR CONHECEMO TRATAMENTO E DIETÉTICA DESTA ESTANCIA; FUNDADOS EM 1883 E 1917

RECOMENDADOS PELA SOCIEDADE DE PROPAGANDA DE PORTUGAL

DIÁRIAS DESDE 25 ESCUDOS

CORRESPONDÊNCIA A: AUGUSTO MAIA
GEREZ—PORTUGAL

Companhia do Sul de Angola

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, com o Capital

Autorizado—Esc. 10.000.000\$00
Subscrito — Esc. 6.000.000\$00

SEDE SOCIAL

Lisboa—R. Vitor Cordon, 12-1.º
Telef. 2 4174 — End. Tel. SULANGOLA

SEDE EM ÁFRICA

MOSSAMEDES—África Ocidental

EXPLORAÇÕES

PESCA—Baía das Moscas, Mossâmedes—Praia Amélia, Pôrto Alexandre

Fabrico de Conservas, Farinhas e Óleos de Peixe, Pasta Azotada—Fábrica AFRICANA—Mossâmedes

AGRICULTURA E CRIAÇÃO DE GADO

Mossâmedes, Giraul, S. Nicolau, S. João do Sul, Caroca e Pinda

AUTOMÓVEIS

**HUMBER
HILLMAN**

CAMIONS

COMMER

**A MAIOR ORGANIZAÇÃO
DE AUTOMÓVEIS
DE INGLATERRA**

**CONCESSIONÁRIOS PARA
PORTUGAL E COLÓNIAS**

E. RAU, L.^{DA}

**AV. DA LIBERDADE, 231-235
LISBOA**

Estância de madeiras

NACIONAIS E ESTRANGEIRAS
SERRAÇÃO E CARPINTARIA MECANICA

DE

JOSÉ PEREIRA MANÇO

GRANDE SORTIDO DE SOALHOS DE PINHO
DE PRIMEIRA QUALIDADE

FORROS E FASQUIADOS DE TODAS
AS QUALIDADES

VIGAMENTOS DE PINHO EM GROSSO E SERRADO
CASQUINHA E SEPRUCIAS

ENCARREGA-SE DE DIVERSOS FORNECIMENTOS

9, RUA DO PARAÍZO, 9

*Junto ao Hospital da Marinha
(Em frente da Estação dos Caminhos de Ferro
de Santa Apolónia)*

TELEFONE 2 3880

LISBOA

Carlos Patação, L.^{da}

Agricultores



Logar n.º 46 e 48

Mercado da Ribeira Nova

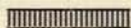
LISBOA



Vendas de hortaliças frescas recebidas diariamente

das suas propriedades

e de todos os produtos agrícolas



Fornecimentos para navios, quartéis, etc.



PREÇOS DE REVENDA

Manteigaria Londrina

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO — FORNECEDORES
DA COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

*Especialidade
em manteigas,
queijos e con-
servas. Variado*



*sortido em arti-
gos de Mercea-
ria, Vinhos, Lico-
res e Champagnes*

Domingues, Vasconcelos & Mesquita, Limitada

53, Rua Eugénio dos Santos, 55 — Lisboa

Telefone: 27448

UM BÉBÉ

Leite condensado

Açucarado Moça

Leite esterilizado

Suisso, Puríssimo

Leite em Pó "Lactogen"

Chocolates Suíços

Queijo Gruyère



REPRESENTANTES

EM ANGOLA

ZUID AFRIK, HANDELSHUIS

LOANDA

VASCO D'OLIVEIRA

LOANDA

FILIAL EM PORTUGAL

*Nestlé & Anglo Swiss
Condensed Milk Co*

Rua Ivens, 11-13 — Lisboa

NESTLÉ

Companhia Nacional de Navegação

Saídas em Maio

Linha rápida da África Ocidental e Oriental

No dia 20, o paquete

Moçambique com destino aos portos de Funchal, S. Tomé, Luanda, Lobito, Mossâmedes, Cape Town, Lourenço Marques, Beira e Moçambique e para Inhambane, Quelimane, Chinde, Angoche, Pebane, Mocimboa, Pôrto Amélia, Ibo e Macuze, com baldeação em Lourenço Marques.

Saídas em Junho

Linha rápida da África Ocidental

No dia 1, o paquete

Pedro Gomes com destino aos portos de Funchal, S. Tomé, Zaire, Luanda, Pôrto Amboim, Novo Redondo, Lobito, Benguela, Mossâmedes e Pôrto Alexandre.

Linha ordinária da África Ocidental

No dia 12, o vapor

Cubango com destino aos portos de S. Vicente, Praia, Bissau, Bolama, Príncipe, S. Tomé, Cabinda, Zaire, Ambriz, Luanda, Pôrto Amboim, Novo Redondo, Lobito, Benguela e Mossâmedes.

Linha rápida da África Ocidental e Oriental

No dia 20, o paquete

Quanza com destino aos portos de Funchal, S. Tomé, Luanda, Lobito, Mossâmedes, Cape Town, Lourenço Marques, Beira e Moçambique e para Inhambane, Quelimane, Chinde, Angoche, Pebane, Mocimboa, Pôrto Amélia, Ibo e Macuze, com baldeação em Lourenço Marques.

Linha do Brasil

No dia 9, o paquete

Angola com destino aos portos de Funchal, Pernambuco, Rio de Janeiro e Santos.

Linha do Norte da Europa

No dia 1, o vapor

Congo com destino aos portos de Douro, Anvers e Hamburgo e portos do Reno, com transbôrdo em Hamburgo.

No dia 15, o vapor

S. Tomé com destino aos portos de Leixões, Hamburgo e Rotterdam.

Linha do Mediterrâneo

No dia 1, o vapor

Ibo com destino aos portos de Algarve, Sevilha, Marselha, Genova e Barcelona e para os portos do Levante, Adriático e Norte de África, com transbôrdo respectivamente em Genova e Marselha.

PORTO: Sucursal, R. da Nova Alfandega, 34

LISBOA: Séde, R. do Comércio, 85